



Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Fortisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 61.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademir Traiano, Colombino Grassano, João Preis e Mário Bezerra (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Mensagens

MENSAGEM N.º 46/92

Curitiba, 12 de junho de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar Fundo Rotativo nas escolas estaduais e nas delegacias de polícia.

Existem mais de 3.000 escolas públicas estaduais espalhadas por todos os rincões

do Estado, todas elas com necessidade permanente de manutenção, pequenos reparos, compras de alguns equipamentos e material de consumo. Atualmente estes gastos têm sido realizados com muita dificuldade em função de sua centralização, exigindo verdadeiros contorcionismos administrativos como a antecipação pessoal de verbas públicas. Já é tempo de o Estado do Paraná encontrar uma solução alternativa, que dentro dos parâmetros da legalidade, moralidade e impessoalidade responda à necessidade prática de cada Escola.

Esta solução deve ser simples e, ao mesmo tempo, garantir a transparência e moralidade da administração, por isso o Governo do Estado propõe o presente anteprojeto de lei para que possa criar em cada Escola um Fundo Rotativo depositado em conta do BANESEDO e com aplicação financeira, de tal sorte que a Escola possa dele dispor para cada necessidade prática e administrá-la conforme a exigência local.

Este Fundo, alimentado permanentemente pela Administração Central reduzirá os custos de manutenção do conjunto das Escolas e melhorará a qualidade de cada uma delas individualmente, tendo em vista que os recursos serão melhor aproveitados porque aplicados segundo a lógica local, sob o estrito controle da comunidade e imediatamente que surja a necessidade.

No Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa augusta Casa é igualmente prevista autorização para criação de fundos rotativos nas delegacias de polícia que, assim como ocorre nas escolas públicas, têm permanente necessidade de manutenção, pequenos reparos, compras de equipamentos e material de consumo, cujos gastos, geralmente urgentes e de pequena monta, têm sido, também, realizados com muita dificuldade, causando algumas vezes até embaraços nas atividades daqueles órgãos policiais.

Na certeza de estar contribuindo em muito com a preservação da escola e, como consequência, da própria melhoria do ensino público, assim como de estar dotando a polícia civil de melhores condições para o desempenho de suas atividades, o Governo do Estado do Paraná espera que a presente proposição venha merecer dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar Fundo Rotativo em cada uma

das Escolas Estaduais, administrados pelos respectivos diretores, fiscalizados pela comunidade escolar e regidos pela presente lei.

Parágrafo Único - A critério da Administração poderá ser criado um fundo rotativo por grupo de estabelecimentos, gerido por um dos diretores, conforme dispuser o regulamento.

Art. 2º - A receita de cada fundo rotativo será composta pelas transferências do orçamento do Estado destinadas à manutenção, pequenos reparos e aquisição de material de consumo e outros gastos correntes de cada Escola.

§ 1º - O Estado poderá repassar verbas para o Fundo com destinação específica para reformas, melhoria ou ampliação da Escola.

§ 2º - Fica vedada qualquer despesa com pessoal.

§ 3º - As despesas praticadas estarão sujeitas às normas de licitação.

Art. 3º - Cada Fundo será mantido em depósito em agência do BANESTADO em conta única e especial e o resultado das aplicações financeiras reverterá como receita do próprio Fundo.

Art. 4º - A administração do fundo prestará contas dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º - A prestação de contas deverá ser previamente encaminhada à FUNDEPAR, que a analisará emitindo parecer quanto ao mérito da execução da despesa e a encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - Cada fundo deverá entregar a prestação de contas até 31 de janeiro do ano subsequente e a FUNDEPAR deverá, em 120 (cento e vinte) dias, encaminhar ao Tribunal de Contas.

Art. 5º - Fica assim, o Poder Executivo autorizado a criar Fundo Rotativo junto a cada Delegacia de Polícia ou a um grupo delas, administrado, no primeiro caso, pelo respectivo Delegado de Polícia e, no segundo, por Delegado que para tal for designado.

§ 1º - O Fundo Rotativo de que trata este artigo será composto por transferências orçamentárias destinadas à manutenção, pequenos reparos e aquisição de material de consumo e outros gastos correntes de cada Delegacia.

§ 2º - A administração do fundo previsto neste artigo prestará contas dos recursos ao Tribunal de Contas na forma e prazos legais.

§ 3º - Ao Fundo de que cuida o "caput" deste artigo aplicam-se as disposições dos parágrafos 2º e 3º do art. 2º e do art. 3º

desta lei.

Art. 6º - O Poder Executivo, por decreto, regulamentará a presente lei.

Art. 7º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 47/88

Curitiba, 12 de junho de 1992.
Senhor Presidente.

Conforme o disposto nos arts. 53, inciso VIII e 66, inciso I, ambos da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei visando instituir a Gratificação de Apoio Educacional, a Gratificação pelo Local de Exercício e a Gratificação pelo Exercício no Período Noturno, a serem atribuídas conforme específica, aos Professores e Especialistas de Educação do Magistério Público de 1º e 2º Graus.

O anteprojeto de lei ora submetido a esse egrégio Poder Legislativo é de grande significado e bem demonstra a constante preocupação do Governo do Estado em manter a remuneração e o regime de vantagens dos integrantes do Magistério na melhor situação possível.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Apoio Educacional aos Professores e Especialistas de Educação do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus, em exercício de funções técnico-pedagógicas na Administração Central, nos Núcleos Regionais da Educação e nos Estabelecimentos de Ensino da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Parágrafo Único - A quantidade de Professores e Especialistas de Educação em exercício nas unidades que trata este artigo, será definida em conjunto pelas Secretarias de Estado da Educação e da Administração.

Art. 2º - O valor da gratificação de que trata o artigo 1º desta Lei será:

I - correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do valor da referência inicial do nível PA-1.

II - pago por cargo ocupado, sendo integral para uma carga horária de 20 ho-

ras semanais e proporcional à carga horária do Professor ou Especialista de Educação optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho.

Art. 3º - Aos Professores e Especialistas de Educação do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus, em exercício nos estabelecimentos de ensino estaduais ficam, também, instituídas as seguintes gratificações:

- I - pelo local de exercício;
- II - por exercício no período noturno.

Parágrafo Único - A regulamentação das gratificações de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta das Secretarias de Estado da Educação e da Administração.

Art. 4º - As gratificações de que trata o artigo 3º ficam fixadas, cada uma delas, em 20% (vinte por cento) do respectivo nível de vencimento e são inacumuláveis entre si.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1.992, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 48/92

Curitiba, 15 de junho de 1992
Senhor Presidente.

De conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação desta augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que trata de reajuste salarial a ser concedido ao funcionalismo em geral, nos meses de junho e julho do corrente ano.

Com a preocupação, a nível nacional, da existência de recessão aliada à alta da inflação, que tem levado à diminuição da receita com o aumento de despesas e, tendo em vista a obrigação do Estado em manter seus compromissos em dia, há necessidade de que o reajuste, ora proposto, seja concedido e efetivamente pago de acordo com as possibilidades de desembolso do Tesouro Geral do Estado. Se isto não ocorrer, o quadro que se espera é o mesmo que se apresenta em outros Estados da Federação, onde se congelam os salários e os pagam de forma parcelada ou com atraso.

Diante deste quadro e, cumprindo dispositivos constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas correntes e de efetuar o pagamento dos servidores até o último dia do mês, é que se propõe a concessão do reajuste em duas parcelas, na forma da Anteprojeto de Lei, em anexo.

Curitiba, terça, em 16.06.92

O Anteprojeto de Lei contempla o funcionalismo em geral, com um índice de reajuste de 50% (cinquenta por cento), sendo 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de junho de 1992 e outros 25% (vinte e cinco por cento), calculados sobre os valores de maio, a partir de 1º de julho de 1.992.

Em relação ao magistério de 1º, 2º e 3º graus, a presente proposta tem como principal objetivo amenizar a grande defasagem salarial em que se encontra a categoria, procurando um denominador comum que venha ao encontro dos anseios e necessidades da classe. Assim sendo, a este segmento do funcionalismo está se concedendo um reajuste de 60% (sessenta por cento), sendo 30% (trinta por cento) a partir de 1º de junho de 1.992 e os outros 30% (trinta por cento), calculados sobre os valores de maio, a partir de 1º de julho de 1.992.

O presente Anteprojeto de Lei propõe, ainda, alteração do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980, que trata da gratificação de ensino devida aos policiais militares no desempenho de atividades docentes dentro da própria instituição, com o objetivo de adequar os valores das horas-aula e dos critérios de cálculo aos fixados para os demais órgãos públicos do Estado.

Prevê ainda, a alteração do inciso III, do art. 69 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1.987, com o objetivo de incluir as Autarquias nos critérios de admissão, contratação, lotação, alocação e pagamento do pessoal junto à Secretaria de Estado da Administração.

Propõe-se, também, a revogação da Lei nº 8.330, de 03 de julho de 1.986, que dispõe sobre a revisão de proventos de inatividade de servidores que, após a aposentadoria tenham exercido ou venham a exercer cargos de provimento em comissão, uma vez que a regra principal, ou seja, o disposto no inciso III e parágrafos do artigo 140, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970, foi revogada pela Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1.992.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das

Autarquias do Poder Executivo, e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, vigentes em maio de 1.992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de junho de 1.992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei;

II - a partir de 1º de julho de 1.992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - A tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo artigo 107, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1.973 com a alteração dada pelo artigo 2º da Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1.992, passa a vigorar com os seguintes índices:

1 - Oficiais Superiores	
Coronel.....	1.000
Tenente Coronel.....	913
Major.....	872
2 - Oficiais Intermediários	
Capitão.....	800
3 - Oficiais Subalternos	
Primeiro Tenente.....	731
Segundo Tenente.....	658
4 - Praças Especiais	
Aspirante a Oficial.....	532
Aluno (3º ano).....	477
Aluno (2º ano).....	434
Aluno (1º ano).....	404
5 - Praças	
Subtenente.....	532
1º Sargento.....	477
2º Sargento.....	434
3º Sargento.....	404
Cabo.....	382
Soldado 1ª Classe.....	370
Soldado 2ª Classe.....	350

Art. 3º - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1.973, com a redação dada pela Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1.980 e pela Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1.992, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais abaixo fixados:

Coronel.....	249,26%
Tenente Coronel.....	243,95%
Major.....	240,13%
Capitão.....	185,77%
1º Tenente.....	35,29%
2º Tenente.....	19,20%
Aspirante a Oficial.....	16,97%
Aluno EFO - 3º ano.....	9,24%
Aluno EFO - 2º ano.....	8,23%
Aluno EFO - 1º ano.....	5,53%
Subtenente.....	16,96%
1º Sargento.....	16,92%

2º Sargento.....	16,72%
3º Sargento.....	16,43%
Cabo.....	2,36%
Soldado de 1ª Classe.....	2,32%
Soldado de 2ª Classe.....	1,00%

Art. 4º - O parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Sob proposta do Comandante Geral e mediante decreto, serão definidas as disciplinas que darão direito à percepção da gratificação do ensino, e os valores unitários das horas-aula e critérios de cálculo, serão idênticos aos fixados para os demais órgãos públicos do Estado".

Art. 5º - A remuneração mensal do cargo de Secretária de Estado fica fixada:

I - a partir de 1º de junho de 1992, em Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 2.125.000,00 (dois milhões e cento e vinte cinco mil cruzeiros) de vencimentos básicos e Cr\$ 2.875.000,00 (dois milhões e oitocentos e setenta e cinco mil cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais; e

II - a partir de 1º de julho de 1992, em Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 2.550.000,00 (dois milhões e quinhentos e cinquenta mil cruzeiros) de vencimento básico e Cr\$ 3.450.000,00 (três milhões e quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 6º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 1.341,00 (um mil e trezentos e quarenta e um cruzeiros), a partir de 1º de junho de 1992, e em Cr\$ 1.609,00 (um mil e seiscentos e nove cruzeiros), a partir de 1º de julho de 1992 e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), em 1º de junho de 1992 e para Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), em 1º de julho de 1992.

Art. 7º - Os valores das Classificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de junho de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992; e

II - a partir de 1º de julho de 1992, em 50% (cinquenta por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992.

Art. 8º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 41.802,00 (quarenta e um mil, oitocentos e dois cruzeiros), a partir de 1º de junho de 1992, e em Cr\$ 50.162,00 (cinquenta mil, cento e

sessenta e dois cruzeiros), a partir de 1° de julho de 1992.

Art. 9° - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 4° da Lei n° 9.109, de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6° da Lei n° 9.373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 2.598,17 (dois mil, quinhentos e noventa e oito cruzeiros e dezessete centavos), a partir de 1° de junho de 1992 e em Cr\$ 3.197,74 (três mil, cento e noventa e sete cruzeiros e setenta e quatro centavos), a partir de 1° de julho de 1992.

Art. 10 - Os valores da hora de vôo, devido aos integrantes do Grupo Atividade Aviação, ficam fixados conforme segue:

I - a partir de 1° junho de 1992:

CLASSE	VALOR HORA DE VÔO	
	DIURNO	NOTURNO
A, B e C	43.816,83	87.633,67
D	21.908,41	43.816,83

II - a partir de 1° de julho de 1992:

CLASSE	VALOR HORA DE VÔO	
	DIURNO	NOTURNO
A, B e C	52.580,20	105.160,41
D	26.290,09	55.580,20

Art. 11 - Os índices percentuais fixados nesta Lei não se aplicam aos servidores da Administração dos Portos de Paranguá e Antonina - APPA.

Art. 12 - O inciso III, do artigo 69 da Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"III - centralização da admissão, contratação, lotação e pagamento do pessoal na Secretaria de Estado da Administração e sua alocação às Secretarias e Autarquias mediante atribuição, rateio e controle de custos relativos à aplicação de cada servidor por categoria, unidade administrativa, programa, projeto e atividade, e outras dimensões de análise;"

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1°, ficando revogada a Lei n° 8.330, de 03 de julho de 1986 e o artigo 11 da Lei n° 9.422, de 05 de novembro de 1990.

VEREJA: JUNHO DE 1992		TABELA I									
		PODER EXECUTIVO - QUANTO GERAL E CLI TIPO DE ADMINISTRATIVO									
A) VENCIMENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS											
PARA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	255,784.43	266,015.88	276,656.43	287,722.69	299,231.68	311,240.86	323,648.98	336,594.85	350,058.65	364,068.99	378,623.43
B	281,362.87	292,617.38	304,322.68	316,494.96	329,154.76	342,320.95	356,013.79	370,254.34	385,064.51	400,467.09	416,485.78
C	309,499.15	321,879.12	334,754.29	348,144.46	362,070.23	376,553.64	391,615.17	407,279.77	423,570.96	440,513.68	458,134.35
D	340,449.07	354,067.03	368,229.71	382,950.98	398,277.26	414,240.35	430,776.68	448,007.75	465,928.86	484,565.18	503,947.79
E	374,493.98	389,473.74	405,052.69	421,254.79	438,104.98	455,629.18	473,854.35	492,800.52	512,520.87	533,021.70	554,342.57
F	411,943.37	428,421.11	445,557.95	463,366.27	481,915.48	501,192.10	521,239.79	542,089.38	563,772.95	586,323.87	609,776.83
G	466,999.46	506,479.44	526,738.61	547,868.16	569,720.48	592,509.38	616,249.68	640,858.66	666,492.38	693,152.40	720,878.16
H	603,679.33	628,824.50	653,155.88	679,282.12	706,453.46	734,711.54	764,108.00	794,664.00	826,456.56	859,508.58	893,888.92
I-IV	691,381.44	719,836.70	747,798.17	777,710.09	808,818.50	841,171.24	874,818.09	909,810.81	946,283.24	984,051.37	1,023,413.43
I-III	815,207.86	847,816.17	881,728.02	916,997.97	953,677.89	991,825.01	1,031,498.01	1,072,757.93	1,115,668.24	1,160,294.97	1,206,706.77
I-II	956,679.03	994,946.19	1,034,744.04	1,076,133.88	1,119,179.15	1,163,946.32	1,210,504.17	1,258,924.34	1,309,281.31	1,361,652.56	1,416,118.67
I-I	1,097,023.84	1,140,904.00	1,184,540.99	1,234,002.63	1,283,342.73	1,334,697.24	1,388,065.13	1,443,606.54	1,501,352.88	1,561,404.99	1,623,863.27

B) VENCIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

NÚMERO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	191.808,22	199.511,85	207.422,33	215.792,42	224.423,70	233.440,45	242.734,87	252.446,14	262.543,99	273.043,75	283.947,57
B	211.422,15	219.443,94	228.266,56	237.371,22	246.866,07	256.740,71	267.010,30	277.690,75	288.790,38	300.330,32	312.344,33
C	232.124,37	241.489,34	251.045,71	261.100,34	271.532,68	282.414,70	293.711,37	305.439,83	317.678,22	330.385,35	343.600,77
D	255.336,80	265.590,27	276.172,29	287.219,18	298.707,94	310.556,26	323.002,51	336.065,81	349.446,04	363.423,89	377.940,04
E	280.870,40	292.185,30	303.789,51	315.941,09	328.570,74	341.721,89	355.399,76	369.646,39	384.390,65	399.766,28	415.756,93
F	308.957,53	321.315,83	334.148,47	347.535,20	361.436,61	375.894,00	390.929,34	406.537,63	422.829,71	439.742,90	457.332,62
G	335.249,59	349.859,50	365.053,96	410.856,12	427.290,36	444.301,90	462.157,26	480.843,50	499.889,29	519.364,06	540.650,62
H	452.909,50	471.025,07	489.866,91	509.461,59	529.840,05	551.033,55	573.075,00	595.998,00	619.837,92	644.631,43	670.416,69
I-IV	518.536,00	539.277,52	560.840,63	583.282,57	606.613,07	630.878,43	656.113,57	682.359,11	709.652,43	738.038,53	767.560,07
I-V	611.405,09	635.862,13	661.296,61	687.740,40	715.238,42	743.839,75	773.423,50	804.049,44	836.751,18	870.221,23	905.630,00
I-VI	717.509,27	746.209,64	776.050,03	807.100,35	839.304,36	872.699,74	907.870,13	944.193,25	981.900,98	1.021.239,42	1.062.009,00
I-VII	822.767,00	855.670,60	889.905,74	925.501,97	962.522,05	1.001.022,93	1.041.003,05	1.082.706,40	1.126.014,66	1.171.035,25	1.217.897,45

C) VENCIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J-IV	470.139,30	488.944,96	508.502,75	528.842,86	549.996,58	571.996,44	594.876,30	618.671,35	643.418,20	669.154,93	695.921,13
J-V	554.341,34	576.515,00	599.575,60	623.538,42	648.500,97	674.441,00	701.418,64	729.475,39	758.654,41	789.000,58	820.560,60
J-VI	650.541,74	676.543,41	703.425,95	731.770,00	761.041,02	791.403,50	823.142,04	856.068,55	890.311,29	925.923,74	962.960,89
J-VII	765.976,21	795.815,26	826.807,07	859.121,77	892.086,66	927.594,12	963.897,09	981.453,81	1.020.919,96	1.061.756,76	1.104.227,43

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIG.: JUNHO DE 1992

NIVEL	VALOR
01	156,000.00
02	159,120.00
03	162,302.40
04	165,548.45
05	168,859.42
06	172,236.61
07	175,681.34
08	179,194.96
09	182,778.86
10	186,434.44
11	190,163.13
12	193,966.39
13	197,845.72
14	201,802.63
15	205,838.69
16	209,955.46
17	214,154.57
18	218,437.66
19	222,806.41
20	227,262.54
21	231,807.79
22	236,443.95
23	241,172.83
24	245,996.29
25	250,916.21
26	255,934.54
27	261,053.23
28	266,274.29
29	271,599.78
30	277,031.77

VIG.: JUNHO DE 1992

TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1	1,017,137.49
DAS-2	931,736.67
DAS-3	858,824.51
DAS-4	759,666.70
DAS-5	684,384.28

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C	441,661.68
2-C	407,896.64
3-C	376,532.18
4-C	347,794.56
5-C	326,926.89
6-C	307,311.28
7-C	288,872.60
8-C	271,540.24
9-C	255,247.83
10-C	239,932.96
11-C	227,936.31
12-C	216,539.50
13-C	205,712.52
14-C	195,426.90
15-C	185,655.55

107

TABELA VI.
FUNÇÃO CAETANO RUIZ DA SILVA

VIGÊNCIA: JUNHO DE 1992

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	255.775.00	271.488.18	288.166.66	305.869.78	324.609.45	344.405.52	365.775.86	388.246.79	412.098.19	437.414.85	464.266.82
B	288.166.67	305.869.78	324.609.45	344.405.51	365.775.86	388.246.79	412.098.17	437.414.85	464.266.82	492.099.61	523.004.68
C	324.609.46	344.405.52	365.775.87	388.246.80	412.098.18	437.414.86	464.266.81	492.099.63	523.004.70	555.219.65	589.328.80
D	365.775.87	388.246.80	412.098.18	437.414.86	464.266.81	492.099.62	523.004.67	555.219.65	589.328.80	625.533.37	663.962.13
E	412.098.20	437.414.87	464.266.82	492.099.64	523.004.69	555.219.67	589.328.79	625.533.39	663.962.16	704.751.72	748.047.15
F	464.266.84	492.099.65	523.004.70	555.219.68	589.328.81	625.533.40	663.962.14	704.751.74	748.047.18	794.002.38	842.700.80
G	894.555.86	949.511.65	1.007.043.53	1.069.758.99	1.135.478.10	1.205.234.61	1.279.276.47	1.357.867.04	1.441.205.71	1.529.829.02	1.623.811.91
GT	670.916.90	712.133.74	755.882.65	802.319.24	851.600.57	903.925.96	959.457.35	1.018.400.28	1.080.964.28	1.147.371.77	1.217.858.94
GV	447.277.93	474.755.82	503.921.76	534.079.50	567.739.65	602.617.31	639.638.23	678.933.52	720.642.05	764.914.51	811.905.96
GP	894.555.86	949.511.65	1.007.043.53	1.069.758.99	1.135.478.10	1.205.234.61	1.279.276.47	1.357.867.04	1.441.205.71	1.529.829.02	1.623.811.91

IVIG.: JUNHO DE 1992

TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	413.868.70
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	282.183.21
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	188.122.14
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	312.944.20
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	213.371.05
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	142.247.36
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS	260.786.83
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS	177.809.20
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS	118.539.47

PROFESSORES CELETISTAS		TABELA VIII	VIG.: JUNHO DE 1992
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA	
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	4,840.57	
	LICENCIATURA CURTA	3,660.17	
	NAO LICENCIADO	3,050.14	
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO	
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	238,706.48	

TABELA IX

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

VIGENCIA: JUNHO DE 1992

DESCRICAO DO CARGO	REGIME I-40	REGIME I-34(1)	REGIME I-28(2)	REGIME I-24	REGIME I-20	REGIME I-12	REGIME I-10	REGIME I-09
P01 PROF. AUXILIAR N.1	994,888.04	845,586.23	696,365.62	596,884.82	497,404.02	298,442.41	248,782.01	223,831.81
P02 PROF. AUXILIAR N.2	1,024,632.28	870,934.43	717,236.59	614,791.37	512,326.14	307,375.48	256,163.67	230,346.76
P03 PROF. AUXILIAR N.3	1,055,591.84	897,063.07	738,774.29	633,235.11	527,695.92	314,617.55	263,887.96	237,463.16
P04 PROF. AUXILIAR N.4	1,087,053.60	923,995.56	768,937.32	652,232.15	543,526.98	324,116.08	271,763.48	244,387.84
P05 PROF. ASSISTENTE N.1	1,307,464.74	1,113,045.03	916,625.32	785,678.04	654,732.37	392,839.42	327,366.19	294,629.37
P06 PROF. ASSISTENTE N.2	1,348,746.60	1,146,436.36	944,124.00	809,249.21	674,374.34	404,624.68	339,187.37	303,465.45
P07 PROF. ASSISTENTE N.3	1,389,211.14	1,186,829.47	972,447.90	833,526.69	701,583.37	416,763.34	347,382.79	312,372.55
P08 PROF. ASSISTENTE N.4	1,430,687.40	1,236,254.36	1,001,683.25	856,352.49	719,443.74	429,244.28	359,723.67	324,949.68
P09 PROF. ADJUNTO N.1	1,520,095.16	1,295,310.09	1,066,726.61	914,037.10	761,947.50	457,168.53	380,973.79	342,876.41
P10 PROF. ADJUNTO N.2	1,569,612.01	1,334,170.21	1,099,720.91	941,767.21	786,386.01	470,463.40	392,083.06	353,162.78
P11 PROF. ADJUNTO N.3	1,616,700.57	1,374,195.52	1,131,690.26	970,820.22	800,350.19	483,010.13	404,175.07	363,757.58
P12 PROF. ADJUNTO N.4	1,665,201.39	1,413,421.10	1,165,540.17	997,128.43	832,500.49	497,360.42	416,300.35	374,640.31
P13 PROF. TITULAR N.1	1,781,765.45	1,514,500.63	1,247,235.82	1,049,059.27	890,882.73	534,529.44	443,441.34	406,097.25
P14 PROF. TITULAR N.2	1,835,218.41	1,559,935.45	1,284,652.89	1,101,131.05	917,609.21	549,565.52	458,084.60	412,924.14
P15 PROF. TITULAR N.3	1,870,274.97	1,606,733.72	1,323,192.46	1,134,164.98	945,137.48	567,062.47	472,568.74	425,311.87
P16 PROF. TITULAR N.4	1,946,983.22	1,654,935.73	1,362,888.25	1,168,189.93	973,491.61	584,094.96	486,745.00	438,071.22

(1) ESTE REGIME DE TRABALHO E APLICADO SOMENTE PELA UEL.

(2) ESTE REGIME DE TRABALHO E APLICADO SOMENTE PELA UFPA.

VIG.: JUNHO DE 1992

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	CL.	I	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	1,768,955.56	97	1,787,192.25	98	1,805,428.70	99	1,823,665.56	100
AGENTE FISCAL 1	B	1,696,008.96	93	1,714,245.63	94	1,732,482.26	95	1,750,718.95	96
AGENTE FISCAL 1	A	1,623,062.34	89	1,641,299.01	90	1,659,535.76	91	1,677,772.31	92
AGENTE FISCAL 2	C	1,550,115.73	85	1,568,352.36	86	1,586,589.05	87	1,604,825.66	88
AGENTE FISCAL 2	B	1,477,169.08	81	1,495,405.73	82	1,513,642.42	83	1,531,879.05	84
AGENTE FISCAL 2	A	1,404,222.48	77	1,422,459.15	78	1,440,695.81	79	1,458,932.42	80
AGENTE FISCAL 3	C	1,331,275.85	73	1,349,512.51	74	1,367,749.17	75	1,385,985.83	76
AGENTE FISCAL 3	B	1,258,329.23	69	1,276,565.89	70	1,294,802.54	71	1,313,039.20	72
AGENTE FISCAL 3	A	1,185,382.59	65	1,203,619.24	66	1,221,855.91	67	1,240,092.61	68
AGENTE FISCAL 4	D	841,692.78							
AGENTE FISCAL 4	C	782,774.28							
AGENTE FISCAL 4	B	678,404.35							
AGENTE FISCAL 4	A	551,224.58							

B - CARGOS EM COMISSAO

	CLICRS
DIRETOR	A 2,478,314.76
INSP. GERAL TRIB	B 2,329,615.88
INSP. GERAL ACRE	B 2,329,615.88
INSP. GERAL FISC	B 2,329,615.88
CHEFE DE ASSESSO	B 2,329,615.88
CONSULTOR TECNICO	C 2,205,700.13
ASSISTENTE TECNICO	C 2,205,700.13
DEL. REGIONAL DEL	C 2,205,700.13
AUXILIAR TECNICO	D 2,131,350.70

TABELA XI											
VIGÊNCIA: JUNHO DE 1992											
PILOTOS											
NÍVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
CLASSE											
A	2.487.500,00	2.150.125,00	2.210.428,75	2.281.007,61	2.349.099,64	2.419.984,63	2.492.584,17	2.567.361,69	2.644.382,54	2.723.714,02	2.805.425,44
B	1.807.346,13	1.902.766,51	1.959.849,50	2.018.444,99	2.079.204,34	2.141.580,47	2.205.827,88	2.272.002,72	2.340.162,88	2.410.367,69	2.482.678,72
C	1.634.818,70	1.683.863,26	1.734.379,16	1.786.418,53	1.840.002,85	1.895.202,94	1.952.057,02	2.010.620,79	2.070.939,42	2.133.067,68	2.197.059,63
D	1.446.742,21	1.499.144,48	1.534.848,81	1.569.894,28	1.628.321,11	1.677.170,74	1.727.485,86	1.779.310,44	1.832.689,75	1.887.678,44	1.944.300,56
E	1.033.307,29	1.064.388,91	1.096.320,57	1.129.210,19	1.163.086,50	1.197.979,09	1.233.918,46	1.270.936,02	1.309.064,10	1.348.336,02	1.388.786,10

TABELA XII											
QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS											
VIG.: JUNHO DE 1992											
ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE											
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE											
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE											
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE											
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE											

TABELA XIII											
VIG.: JUNHO DE 1992											
TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO SUIÇA											
CARGO/NÍVEL	1	2	3	4	5	6					
CORPO BALLET D	452.844,16	475.486,37	499.260,69	524.223,72	550.434,91	577.956,66					
CORPO BALLET C	475.486,37	499.260,69	524.223,72	550.434,91	577.956,66	606.854,49					
CORPO BALLET B	499.260,69	524.223,72	550.434,91	577.956,66	606.854,49	637.197,21					
C. BALLET APOSSADO	698.944,94	733.913,21	774.648,87	809.139,32	849.596,28	892.076,10					
SOLISTA D	763.687,12	801.873,58	841.967,26	884.065,62	928.268,90	974.682,34					
SOLISTA B	796.049,54	835.873,02	877.666,67	921.530,40	967.627,50	1.016.008,88					
PRIMEIRO B	860.766,11	903.804,42	948.994,64	996.444,37	1.046.266,59	1.098.579,92					
PRIMEIROS APOSS.	957.774,45	1.005.643,17	1.055.946,33	1.108.743,65	1.164.180,83	1.222.389,87					
ASSIST. DE BALLET	1.022.520,00	1.073.646,00	1.127.328,30	1.183.694,72	1.242.879,46	1.305.023,43					
BALLET DE BALLET	1.407.245,52	1.461.607,80	1.518.608,19	1.578.622,60	1.641.553,73	1.707.631,41					
DIRETOR DE BALLET	1.342.022,04	1.409.543,15	1.480.020,30	1.554.021,32	1.631.722,38	1.713.308,50					

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR MÍNIMO ANUAL											
CARGO/NÍVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIANISTA/PROF. 2 GR	4.844,00	5.088,30	5.342,72	5.609,35	5.889,34	6.184,86	6.494,10	6.818,01	7.159,75	7.517,74	7.893,62
PROFESSOR 3 GR	6.857,50	7.166,39	7.486,41	7.818,30	8.162,94	8.520,30	8.890,70	9.273,53	9.669,70	10.079,19	10.502,05

VIG.: JUNHO DE 1992

TABELA XIV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6
MUSICO NIVEL A	351,299.49	368,864.46	387,387.66	406,673.07	427,006.72	448,357.86
MUSICO NIVEL B	632,238.43	663,854.35	697,042.87	731,895.01	768,489.76	806,914.25
MUSICO NIVEL C	690,764.74	725,302.96	761,568.13	799,646.53	839,628.86	881,610.30
MUSICO NIVEL D	749,316.01	786,781.81	826,120.96	867,426.94	910,798.29	956,338.21
MUSICO NIVEL E	866,384.17	909,783.38	955,188.55	1,002,947.98	1,053,095.38	1,105,750.15
SPALLA	1,012,749.29	1,063,386.75	1,116,556.09	1,172,383.89	1,231,003.09	1,292,553.24
MAESTRO ADJUNTO	1,159,099.17	1,217,054.13	1,277,906.84	1,341,802.18	1,408,892.29	1,479,336.90
MAESTRO TITULAR	1,180,328.69	1,239,345.12	1,301,312.38	1,366,377.99	1,434,696.89	1,506,431.74

TABELA XV REF.: JUNHO DE 1992 QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO LEGISTA	1,043,940.50	994,259.89	944,514.09	893,986.36
PERITO CRIMINAL	1,043,940.50	994,259.89	944,514.09	893,986.36
QUIMICO LEGAL	1,043,940.50	994,259.89	944,514.09	893,986.36
TOXICOLOGISTA	1,043,940.50	994,259.89	944,514.09	893,986.36

TABELA XVI

VIG.: JUNHO DE 1992

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
DETETIVE	537,500.00	510,625.00	485,093.75	460,839.06
ESCRIVAO DE POLICIA	537,500.00	510,625.00	485,093.75	460,839.06
AGENTE DE SEGURANCA	356,900.00	339,055.00	322,102.25	305,997.14
DACTILOSCOPISTA	447,952.50	425,554.88	404,277.13	384,063.27
TECNICO TELEC. POLICIAIS	394,202.50	374,492.38	355,767.76	337,979.37
TECNICO MANUT. POLICIAL	356,900.00	339,055.00	322,102.25	305,997.14
OPERADOR TELEC. POLICIAIS	342,974.00	325,825.30	309,534.04	294,057.33
IDENTIF. DACTILOSCOP.	342,054.38	324,951.66	308,704.07	293,268.87
CARCEREIRO	342,054.38	324,951.66	308,704.07	293,268.87
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	342,054.38	324,951.66	308,704.07	293,268.87
AUXILIAR DE NECROPSIA	342,054.38	324,951.66	308,704.07	293,268.87
PERITO POLICIAL	537,500.00			
COMISSARIO	582,327.50			

TABELA XVII POLICIA MILITAR

VIG. JUNHO DE 1992

POSTO OU GRADUACAO	INDICE	S O L D O
CORONEL	1.000	960,848.29
TENENTE-CORONEL	.913	877,254.49
MAJOR	.872	837,859.71
CAPITAO	.800	768,678.63
1o. TENENTE	.731	702,380.10
2o. TENENTE	.658	632,238.17
ASP. A OFICIAL	.532	511,171.29
SUBTENENTE	.532	511,171.29
1o. SARGENTO	.477	458,324.63
2o. SARGENTO	.434	417,008.16
3o. SARGENTO	.404	388,182.71
CABO	.382	367,044.05
SOLDADO 1a. CLASSE	.370	355,513.87
SOLDADO 2a. CLASSE	.350	336,296.90
ALUNO DE 3o. ANO	.477	458,324.63
ALUNO DE 2o. ANO	.434	417,008.16
ALUNO DE 1o. ANO	.404	388,182.71

VALORES JULHO DE 1992

TABELA I

VALORES EXECUTIVO VALORES GERAL e C.T. TÉCNICO ADMINISTRATIVO

VALORES BÁSICOS PARA 40 SEMANAS

PROBADO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	304,941.31	319,218.96	331,987.72	345,267.23	359,077.92	373,441.84	388,378.68	403,913.82	420,070.38	436,873.19	454,348.12
B	337,635.44	351,140.86	365,186.49	379,793.95	394,985.71	410,785.14	427,216.54	444,305.21	462,077.41	480,560.51	499,782.93
C	371,398.99	386,254.94	401,705.14	417,773.35	434,484.28	451,863.65	469,938.28	488,735.73	508,285.16	528,614.54	549,761.23
D	406,538.88	424,880.44	441,875.66	459,558.68	477,932.71	497,058.82	516,932.82	537,601.30	559,113.67	581,478.22	604,737.35
E	449,392.77	467,368.48	486,063.22	505,505.75	525,725.98	546,755.82	568,625.22	591,378.23	615,025.84	639,624.04	665,211.08
F	494,332.85	514,105.33	534,667.54	556,056.33	578,298.58	601,438.52	625,487.74	650,507.25	676,527.54	703,588.44	731,732.19
G	544,399.35	567,775.32	592,086.34	617,369.79	643,664.56	711,811.16	739,451.61	769,629.67	799,798.84	831,782.58	865,653.88
H	724,655.19	753,641.48	783,787.86	815,138.54	847,744.88	881,653.84	916,928.88	953,596.88	991,748.67	1,030,418.29	1,072,666.71
I-IV	829,457.73	862,844.84	897,357.88	933,052.11	970,082.28	1,009,485.48	1,049,781.78	1,091,772.97	1,135,443.89	1,180,861.65	1,228,096.11
I-III	978,249.43	1,017,379.41	1,058,874.58	1,100,397.57	1,144,413.47	1,190,198.81	1,237,797.61	1,287,309.51	1,338,841.89	1,392,553.97	1,448,608.13
I-II	1,148,814.83	1,193,925.43	1,241,692.85	1,291,368.56	1,343,914.98	1,399,435.58	1,457,045.88	1,516,849.28	1,579,137.57	1,643,983.88	1,699,342.48
I-I	1,316,428.61	1,369,885.78	1,423,849.19	1,480,083.15	1,540,035.28	1,601,636.89	1,655,782.16	1,722,338.24	1,801,623.45	1,873,688.39	1,948,635.93

VALORES BÁSICOS PARA 30 SEMANAS

PROBADO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	236,265.96	239,814.22	248,998.79	258,958.42	269,384.44	280,088.73	291,284.81	302,935.37	315,052.78	327,554.89	340,761.89
B	253,224.58	263,355.64	273,889.87	284,345.44	294,239.28	304,888.85	320,412.41	333,228.78	346,558.86	360,428.38	374,837.28
C	278,549.24	289,691.21	301,278.86	313,330.81	325,863.21	338,897.74	352,453.65	366,551.40	381,213.87	396,462.42	412,328.92
D	306,404.16	318,668.33	331,466.74	344,663.81	358,449.53	372,737.51	387,699.81	403,286.77	419,535.25	436,488.66	453,553.81
E	337,844.58	350,526.36	364,547.42	379,129.31	394,294.49	410,066.27	426,468.72	443,527.67	461,268.78	479,719.53	498,988.31
F	370,749.84	385,579.88	401,062.16	417,042.24	433,723.95	451,072.87	469,115.81	487,888.44	507,395.66	527,691.48	548,799.14
G	436,299.51	455,831.49	474,664.75	493,027.34	512,748.44	533,258.37	554,588.71	576,772.26	599,843.15	623,836.87	648,798.35
H	543,491.39	565,231.85	587,840.29	611,353.98	635,888.86	661,244.88	687,598.88	715,197.68	743,885.58	773,557.72	804,588.83
I-IV	622,243.38	647,131.83	673,915.35	699,939.88	727,938.65	757,854.11	787,336.28	818,829.73	851,582.92	885,646.24	921,072.88
I-III	733,687.87	763,834.35	795,555.94	825,298.17	858,318.18	892,642.51	928,348.21	965,482.13	1,004,181.42	1,044,265.48	1,086,836.89
I-II	861,811.13	895,451.57	931,269.63	968,528.42	1,007,261.24	1,047,551.69	1,089,453.75	1,133,031.78	1,178,353.18	1,225,487.31	1,274,586.88
I-I	987,321.46	1,026,814.32	1,067,386.89	1,110,682.36	1,155,825.46	1,201,227.52	1,249,216.62	1,299,247.68	1,351,217.59	1,405,266.29	1,461,474.95

VALORES BÁSICOS PARA 20 SEMANAS

J-IV	544,167.28	566,733.95	610,380.38	634,611.44	659,995.89	686,395.73	713,651.56	742,485.82	772,191.85	802,785.92	835,185.36
J-III	665,289.66	691,818.88	719,498.72	748,278.34	778,211.16	809,329.28	841,782.37	875,578.47	910,385.29	946,888.78	984,672.73
J-II	788,458.89	811,876.89	846,351.13	878,125.18	913,258.19	949,788.19	987,771.48	1,027,282.26	1,068,373.55	1,111,188.89	1,155,952.83
J-I	895,121.46	930,778.31	968,271.45	1,006,746.14	1,047,223.99	1,089,112.95	1,132,677.47	1,177,984.57	1,225,183.95	1,274,188.11	1,325,872.43

TABELA II QUADRO UNICO DE PESSOAL L ANTIGA SISTEMATICA
VIG.: JULHO DE 1992

NIVEL	VALOR
01	187,200.00
02	190,944.00
03	194,762.88
04	198,658.14
05	202,631.30
06	206,683.93
07	210,817.60
08	215,033.96
09	219,334.64
10	223,721.33
11	228,195.76
12	232,759.67
13	237,414.86
14	242,163.16
15	247,006.42
16	251,946.55
17	256,985.48
18	262,125.19
19	267,367.70
20	272,715.05
21	278,169.35
22	283,732.74
23	289,407.39
24	295,195.54
25	301,099.45
26	307,121.44
27	313,263.87
28	319,529.15
29	325,919.73
30	332,438.13

VIG. JULHO DE 1992 TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1	1,220,564.99
DAS-2	1,118,084.01
DAS-3	1,030,589.41
DAS-4	911,600.04
DAS-5	821,261.13

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C	529,994.01
2-C	489,475.97
3-C	451,838.61
4-C	417,353.48
5-C	392,312.27
6-C	368,773.53
7-C	346,647.12
8-C	325,848.29
9-C	306,297.40
10-C	287,919.55
11-C	273,523.57
12-C	259,847.40
13-C	246,855.03
14-C	234,512.27
15-C	222,786.66

C - FUNCAO GRATIFICADA		
SIMBOLO	1-F.....	30,994.65
	2-F.....	26,311.18
	3-F.....	23,201.56
	4-F.....	18,623.87
	5-F.....	17,020.40
	6-F.....	13,893.86
	7-F.....	10,788.47
	8-F.....	9,311.93
	9-F.....	7,602.70
	10-F.....	6,164.24

VIG.: JULHO DE 1992

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFERENCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	266,478.54	306,450.33	367,740.39	422,901.45	486,336.67
2	279,802.47	321,772.84	386,127.41	444,046.52	510,653.50
3	293,792.59	337,861.48	405,433.78	466,248.85	536,186.18
4	308,482.22	354,754.56	425,705.47	489,561.29	562,995.48
5	323,906.34	372,492.29	446,990.74	514,039.35	591,145.26
6	340,101.65	391,116.90	469,340.28	539,741.32	620,702.52
7	357,106.74	410,672.75	492,807.29	566,728.39	651,737.65
8	374,962.07	431,206.38	517,447.66	595,064.81	684,324.53
9	393,710.18	452,766.70	543,320.04	624,818.05	718,540.76
10	413,395.68	475,405.04	570,486.04	656,058.95	754,467.79
11	434,065.47	499,175.29	599,010.35	688,861.90	792,191.18

VIG.: 07/92 TABELA V

QUADRO UNICO
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	199,858.91	226,506.76
2	205,854.68	233,301.96
3	212,030.32	240,301.02
4	218,391.22	247,510.05
5	224,942.96	254,935.35
6	231,691.25	262,583.41
7	238,641.99	270,460.91
8	245,801.25	278,574.74
9	253,175.29	286,931.98
10	260,770.54	295,539.94
11	268,593.66	304,406.14

107

VIGÊNCIA: JULHO DE 1992

TABELA VI

FUNDAÇÃO CAETANO RUBENS DA SILVA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	346,939.00	325,785.81	345,800.00	367,043.74	389,592.54	413,526.62	438,931.83	465,896.15	494,517.83	524,897.82	557,144.18
B	345,800.00	367,043.74	389,592.54	413,526.62	438,931.83	465,896.15	494,517.81	524,897.82	557,144.19	591,371.54	627,701.62
C	389,592.55	413,526.63	438,931.84	465,896.16	494,517.82	524,897.83	557,144.17	591,371.55	627,701.64	666,283.59	707,194.56
D	438,931.84	465,896.16	494,517.82	524,897.83	557,144.17	591,371.55	627,701.61	666,283.59	707,194.56	750,640.04	796,754.56
E	494,517.84	524,897.85	557,144.19	591,371.57	627,701.63	666,283.61	707,194.55	750,640.07	796,754.60	845,702.87	897,656.59
F	557,144.21	591,371.58	627,701.65	666,283.62	707,194.57	750,640.08	796,754.58	845,702.89	897,656.62	952,802.86	1,011,336.97
G	1,073,467.04	1,139,413.98	1,209,412.24	1,283,710.90	1,362,573.72	1,446,281.54	1,535,131.77	1,629,440.45	1,729,542.86	1,835,794.83	1,948,574.30
61	885,100.28	854,566.49	907,659.18	962,783.10	1,021,936.29	1,084,711.16	1,151,348.83	1,222,009.34	1,297,157.14	1,376,846.13	1,461,430.74
60	536,733.52	509,706.99	604,706.12	641,855.40	681,288.86	723,140.77	767,545.88	814,729.23	864,771.43	917,897.42	974,287.16
62	1,073,467.04	1,139,413.98	1,209,412.24	1,283,710.90	1,362,573.72	1,446,281.54	1,535,131.77	1,629,440.45	1,729,542.86	1,835,794.83	1,948,574.30

VIG.: JULHO DE 1992 TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	509,376.87
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	347,302.41
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	231,534.94
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	385,162.09
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	262,610.52
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	175,073.68
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	320,968.41
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	218,842.10
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	145,894.73

PROFESSORES CELETISTAS		TABELA VIII	VIG.: JULHO DE 1992
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA	
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	5.952.62	
	LICENCIATURA CURTA	4.504.82	
	NAO LICENCIADO	3.754.02	
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO	
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	293.792.59	

Tabela IX

VIGENCIA: JULHO DE 1992

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

DESCRICAO DO CARGO	REBRAC 1-40	REBRAC 1-34(1)	REBRAC 1-28(2)	REBRAC 1-24	REBRAC 1-20	REBRAC 1-12	REBRAC 1-10	REBRAC 1-09
PA1 PROF. AUXILIAR N.1	1.224.379.12	1.040.722.25	852.065.30	734.627.47	612.189.56	367.313.74	306.094.78	275.465.30
PA2 PROF. AUXILIAR N.2	1.201.118.49	1.071.943.72	862.777.35	736.566.30	630.555.25	370.333.13	315.277.52	283.749.85
PA3 PROF. AUXILIAR N.3	1.298.943.81	1.104.102.24	909.268.67	779.366.29	649.471.90	389.683.14	324.735.75	292.262.36
PA4 PROF. AUXILIAR N.4	1.337.712.12	1.137.225.30	936.338.49	802.747.27	680.955.06	401.373.24	334.478.83	301.838.23
PS1 PROF. ASSISTENTE N.1	1.611.648.91	1.367.901.56	1.128.154.24	966.739.35	805.824.46	483.494.67	402.912.23	362.621.01
PS2 PROF. ASSISTENTE N.2	1.659.998.38	1.410.998.62	1.161.998.87	995.999.83	829.999.19	497.999.51	414.999.59	373.499.64
PS3 PROF. ASSISTENTE N.3	1.709.798.33	1.453.328.58	1.196.858.83	1.025.877.99	854.897.17	512.939.38	427.449.58	384.784.62
PS4 PROF. ASSISTENTE N.4	1.761.892.28	1.496.926.44	1.232.764.68	1.056.655.37	888.546.14	528.327.68	440.273.07	396.245.76
PO1 PROF. ADJUNTO N.1	1.875.565.27	1.594.228.78	1.312.894.29	1.120.357.96	937.781.64	562.668.98	468.899.82	422.801.741
PO2 PROF. ADJUNTO N.2	1.731.830.12	1.542.835.65	1.262.281.12	1.139.898.10	965.915.09	579.549.85	482.957.54	434.661.79
PO3 PROF. ADJUNTO N.3	1.989.785.08	1.691.317.32	1.392.849.55	1.193.871.05	994.892.54	596.935.52	497.446.27	447.701.64
PO4 PROF. ADJUNTO N.4	2.047.470.33	1.742.855.83	1.434.335.04	1.229.807.18	1.024.739.31	614.043.59	512.369.66	461.132.89
PT PROF. TITULAR N.1	2.192.942.09	1.844.800.78	1.515.059.47	1.315.765.26	1.096.471.05	657.882.83	548.235.52	493.411.97
PT PROF. TITULAR N.2	2.258.730.56	1.919.920.90	1.581.111.25	1.355.236.21	1.129.365.18	677.619.11	564.682.59	506.214.331
PT PROF. TITULAR N.3	2.326.492.27	1.977.518.43	1.628.544.39	1.395.895.36	1.163.246.13	697.947.58	581.623.87	523.468.76
PT PROF. TITULAR N.4	2.396.287.04	2.036.843.98	1.677.400.92	1.437.772.22	1.198.143.52	718.886.11	599.871.76	539.164.581

(1) ESTE REBRAC DE TRABALHO É APLICADO SOMENTE PELA UEL.

(2) ESTE REBRAC DE TRABALHO É APLICADO SOMENTE PELA UFPA.

VIG.: JULHO DE 1992

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	ICL	I	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	2.122.746.67	97	2.144.638.70	98	2.166.514.68	99	2.188.398.68	100
AGENTE FISCAL 1	B	2.035.210.76	93	2.057.094.75	94	2.078.978.72	95	2.100.862.74	96
AGENTE FISCAL 1	A	1.947.674.81	89	1.969.558.81	90	1.991.442.89	91	2.013.326.77	92
AGENTE FISCAL 2	C	1.860.138.87	85	1.882.022.84	86	1.903.906.85	87	1.925.790.79	88
AGENTE FISCAL 2	B	1.772.602.90	81	1.794.486.88	82	1.816.370.90	83	1.838.254.87	84
AGENTE FISCAL 2	A	1.685.066.98	77	1.706.950.98	78	1.728.834.97	79	1.750.718.91	80
AGENTE FISCAL 3	C	1.597.531.02	73	1.619.415.01	74	1.641.299.01	75	1.663.182.99	76
AGENTE FISCAL 3	B	1.509.995.08	69	1.531.879.07	70	1.553.763.05	71	1.575.647.04	72
AGENTE FISCAL 3	A	1.422.459.11	65	1.444.343.10	66	1.466.227.09	67	1.488.111.13	68
AGENTE FISCAL 4	B	1.010.031.33							
AGENTE FISCAL 4	C	939.329.14							
AGENTE FISCAL 4	B	814.085.22							
AGENTE FISCAL 4	A	661.469.50							

B - CARGOS EM COMISSAO

	CARGOS
DIRETOR	A 2.973.977.72
INSP. GERAL TRIB	B 2.795.539.05
INSP. GERAL ARRE	B 2.795.539.05
INSP. GERAL FISC	B 2.795.539.05
CHEFE DE ASSESSO	B 2.795.539.05
CONSULTOR TECNICO	C 2.646.840.15
ASSISTENTE TECNICO	C 2.646.840.15
DEL. REGIONAL DE	C 2.646.840.15
AUXILIAR TECNICO	D 2.557.620.83

TABELA XI

VIGÊNCIA JULHO DE 1992

PLANO 66

GRUPO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
CLASSE											
A	2.585.000,00	2.589.150,00	2.637.554,50	2.737.201,14	2.819.399,57	2.963.950,56	2.991.101,00	3.000.804,03	3.115.259,05	3.268.456,83	3.366.510,53
B	2.216.815,55	2.283.319,56	2.351.819,40	2.422.373,97	2.495.005,21	2.589.896,56	2.646.993,46	2.726.403,26	2.808.195,36	2.892.441,22	2.979.214,46
C	1.961.702,41	2.029.635,91	2.091.234,97	2.143.672,64	2.202.003,42	2.270.293,52	2.302.479,83	2.412.744,95	2.485.127,30	2.559.601,12	2.636.471,55
D	1.736.099,66	1.796.173,37	1.861.018,58	1.897.073,13	1.953.905,33	2.022.404,69	2.072.983,02	2.135.172,52	2.199.227,70	2.265.204,53	2.333.160,67
E	1.290.004,75	1.277.266,69	1.315.500,69	1.355.652,25	1.395.703,80	1.437.574,91	1.460.702,16	1.525.123,22	1.570.876,92	1.618.003,23	1.666.543,32

ISS: JULHO DE 1992

TABELA XIII

TABELA SINTÉTICA DO SALÁRIO VENTOS GERAIS

GRUPO	1	2	3	4	5	6
GRUPO BALE 9	543.413,00	570.593,44	599.112,03	629.008,07	660.521,09	693.507,99
GRUPO BALE C	570.593,44	599.112,03	629.008,07	660.521,09	693.507,99	728.225,39
GRUPO BALE E	599.112,03	629.008,07	660.521,09	693.507,99	728.225,39	764.636,65
C. BALE A/INSSAS.	638.757,96	680.675,86	724.730,65	770.927,18	1.019.515,54	1.070.491,32
SALISTA 6	916.026,94	962.240,29	1.010.340,71	1.060.078,74	1.113.922,68	1.169.618,81
SALISTA 4	955.203,45	1.003.047,62	1.053.200,00	1.105.840,00	1.161.153,00	1.219.210,65
PRINCIPAL 6	1.432.919,33	1.494.565,30	1.559.793,56	1.627.733,24	1.705.519,90	1.788.275,90
PRINCIPAL 4/INSSAS.	1.149.329,24	1.206.795,81	1.267.155,40	1.330.472,38	1.397.017,00	1.466.907,45
ASSISTENTE BALE	1.227.004,01	1.280.375,21	1.332.793,97	1.420.433,66	1.491.655,35	1.566.028,11
MAITRE DE BALE	1.304.694,62	1.369.979,36	1.436.425,02	1.510.307,11	1.585.864,47	1.665.159,69
CHIEFE DE BALE	1.610.906,45	1.691.451,70	1.776.024,36	1.864.025,59	1.956.046,06	2.051.970,21

TABELA DE PROFESSORES E PLANTISTAS - VALOR HORA BALE

GRUPO/PLANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PLANTISTA/PROF. 2 GR	5.815,20	6.105,96	6.411,26	6.731,92	7.068,41	7.421,03	7.792,92	8.182,51	8.591,70	9.021,20	9.472,35
PROFESSOR 3 GR	7.209,02	7.632,47	8.080,09	8.551,79	9.048,53	9.571,31	9.740,81	10.288,21	10.739,65	11.276,63	11.800,46

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIG.: JULHO DE 1992

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	1.191.412,16
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	1.131.841,55
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	1.075.249,47
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	1.021.487,00
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	970.412,65

VIG.: JULHO DE 1992		TABELA XIV				
TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA						
CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6
MUSICO NIVEL A	421,559.39	442,637.35	464,769.22	488,007.68	512,408.07	538,028.47
MUSICO NIVEL B	758,686.12	796,620.42	836,451.44	878,274.02	922,187.72	968,297.10
MUSICO NIVEL C	828,917.69	870,363.57	913,881.75	959,575.84	1,007,554.63	1,057,932.36
MUSICO NIVEL D	899,179.21	944,138.17	991,345.08	1,040,912.33	1,092,957.95	1,147,605.85
MUSICO NIVEL E	1,039,661.01	1,091,644.06	1,146,226.26	1,203,537.57	1,263,714.45	1,326,900.18
SPALLA	1,215,299.14	1,276,064.10	1,339,867.31	1,406,860.67	1,477,203.71	1,551,063.89
MAESTRO ADJUNTO	1,390,919.01	1,460,464.96	1,533,488.20	1,610,162.61	1,690,670.75	1,775,204.28
MAESTRO TITULAR	1,416,394.42	1,487,214.14	1,561,574.85	1,639,653.59	1,721,636.27	1,807,718.09

TABELA XV						
VIG.: JULHO DE 1992						
QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS						
C A R G O S	VENCIMENTOS					
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE		
	1,252,728.60	1,193,111.87	1,133,416.91	1,072,783.64		
	1,252,728.60	1,193,111.87	1,133,416.91	1,072,783.64		
	1,252,728.60	1,193,111.87	1,133,416.91	1,072,783.64		
	1,252,728.60	1,193,111.87	1,133,416.91	1,072,783.64		

TABELA XVI				
VIG.: JULHO DE 1992				
QUADRO DA POLICIA CIVIL				
C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE
	645,000.00	612,750.00	582,112.50	553,006.88
	645,000.00	612,750.00	582,112.50	553,006.88
	428,280.00	406,866.00	386,522.70	367,196.57
	537,543.00	510,665.85	485,132.56	460,875.93
	473,043.00	449,390.85	426,921.31	405,575.24
	428,280.00	406,866.00	386,522.70	367,196.57
	411,568.80	390,990.36	371,440.84	352,868.00
	410,465.25	389,941.99	370,444.89	351,922.64

CARCEREIRO	410,465.25	389,941.99	370,444.89	351,922.64
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	410,465.25	389,941.99	370,444.89	351,922.64
AUXILIAR DE NECROPSIA	410,465.25	389,941.99	370,444.89	351,922.64
PERITO POLICIAL	645,000.00			
COMISSARIO	698,793.00			

TABELA XVII POLICIA MILITAR		
VIG.: JULHO DE 1992		
POSTO OU GRADUACAO	INDICE	S O L D O
CORONEL	1.000	1,153,017.95
TENENTE-CORONEL	.913	1,052,705.39
MAJOR	.872	1,005,431.65
CAPITAO	.800	922,414.36
1o. TENENTE	.731	842,856.12
2o. TENENTE	.658	758,685.81
ASP. A OFICIAL	.532	613,405.55
SUBTENENTE	.532	613,405.55
1o. SARGENTO	.477	549,989.56
2o. SARGENTO	.434	500,409.79
3o. SARGENTO	.404	465,819.25
CABO	.382	440,452.86
SOLDADO 1a. CLASSE	.370	426,616.64
SOLDADO 2a. CLASSE	.350	403,556.28
ALUNO DE 3o. ANO	.477	549,989.56
ALUNO DE 2o. ANO	.434	500,409.79
ALUNO DE 1o. ANO	.404	465,819.25

MENSAGEM N° 49/92

Curitiba, 15 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Nos termos dos art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, reajuste de 60% (sessenta por cento), em duas parcelas, sendo 30% (trinta por cento) a partir de 1° de junho de 1992 e os demais 30% (trinta por cento) a partir de 1° de julho de 1992, calculados sobre os valores de maio.

A medida ora proposta consubstancia o resultado de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Administração, a mim encaminhado pelo Titular daquela Pasta.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio o conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA, serão reajustados na forma do disposto abaixo:

- I - a partir de 1° de junho de 1992, mediante o acréscimo do índice percentual de 30% (trinta por cento) calculado sobre os valores vigentes em maio de 1992; e
- II - a partir de 1° de julho de 1992, mediante o acréscimo percentual de 60% (sessenta por cento), calculado sobre os valores vigentes em maio de 1992.

Art. 2° - Aplica-se aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA, o disposto no artigo 15 da Lei n° 9.937, de 20 de abril de 1992.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1°.
A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n° DTL/SAT/141/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n°:

118/92: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de CR\$

3.100.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.995. Anote-se. Arquivase.

Sob o n° 240/92, do Senhor Luiz Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a retirada do Projeto de Lei n° 162/92, que cuida da fixação de vencimentos de Magistratura, com a devida devolução ao Tribunal de Justiça, para que possa ser reexaminado. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° SEGER/DESGE - 0686/92, do Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Diretor Presidente do BANESTADO, encaminhando Prestação de Contas, da BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, referente ao exercício de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 893/92, do Senhor Luiz Carlos Delazari, Procurador-Geral de Justiça, encaminhando Projeto de Lei que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão da Administração Superior do Ministério Público, bem como o valor do Salário Família, Pensões Especiais, Gratificações de Representação de Gabinete e Gratificação de Produtividade a vigerem, respectivamente, nos meses de junho e julho de 1992. Ao Conhecimento da Casa.

OFÍCIO N° 214/GLG/PMDB

Senhor Presidente.

Comunicamos a Vossa Excelência que o Deputado Djalma de Almeida César, membro titular da C.C.J., passa a suplência da mesma comissão, ficando o Deputado Arlindo Troian na condição de titular.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a Vossa Excelência, protesto de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

OFÍCIO N° 435/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares em Plenário neste dia 16 de junho, tendo em vista compromissos assumidos junto à Região Noroeste do Estado.

Sendo só o que se nos oferece no momento, permita-me ao ensejo, antecipar agradecimentos.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) MARIO BEZERRA

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - P.T.B., tenho a honra de indicar os Senhores Deputados que preencherão as vagas destinadas ao Partido, nas Comissões Permanentes desta Casa.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Líder do PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

Presidente: Erondy Silvério

Suplente: José Alves

2.ª Vaga: Mário Bezerra

Suplente: João Iensen

COMISSÃO DE FINANÇAS

João Iensen

Suplente: José Alves

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

José Alves

Suplente: João Iensen

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

João Iensen

Suplente: José Alves

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

José Alves

Suplente: João Iensen

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Mário Bezerra

Suplente: João Iensen

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

José Alves

Suplente: João Iensen

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

João Iensen

Suplente: José Alves

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Mário Bezerra

Suplente: José Alves

COMISSÃO DE REDAÇÃO

José Alves

Suplente: João Iensen

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Mário Bezerra

Suplente: José Alves

COMISSÃO DE TURISMO

João Iensen

Suplente: José Alves

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

José Alves

Suplente: João Iensen

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Mário Bezerra

Suplente: João Iensen

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 182/92, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o adiamento por (05) cinco sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 124/92 (item 08), de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato que isenta em 50% dos valores das tarifas de água e energia elétricas as entidades filantrópicas e de assistência social.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (10) dez sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 368/91, (item 05), de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que institui o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná- RODOPAR, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1009-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER o adiamento

por (05) cinco sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 63/92 (item 06), de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza o pagamento diferenciado de água, esgoto e energia elétrica por parte de aposentados e pensionistas.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 141/92, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada por duas (02) sessões o Projeto de Lei nº 090/92, que dispõe sobre o fornecimento de passagens intermunicipais para pessoas pobres, com mais de 60 anos, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão na discussão e votação da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja inseri-

do na ata dos trabalhos desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Raul de Rezende Filho.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O extinto, nasceu em Miraf, Estado de Minas Gerais, filho de Raul Chaves de Rezende e Maria Augusta Vieira de Rezende.

Foi eleito Deputado Estadual no Paraná por duas Legislaturas: 1950 e 1954. Em 1951, foi vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, em 1952 foi reeleito vice-Presidente da mesma Comissão.

Nos anos de 1955 e 1956, eleito 2º vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sendo que em 1957 foi eleito novamente 2º vice-Presidente da Comissão Executiva e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, sendo no ano seguinte, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

REQUERIMENTO N° 999

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, Voto de profundo Pesar pelo infausto passamento de Raul de Rezende Filho, ocorrido na data de 15 de junho p. passado, nesta Capital.

O advogado Raul de Rezende Filho, 76 anos ocupou, entre outras diversas elevadas funções, a Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em 1983, quando ocupava aquela pasta o Senhor Haroldo Ferreira Dias.

Combativo parlamentar, nesta Casa, exerceu suas funções com incrível desenvoltura e dedicação. Pelos seus relevantes serviços à comunidade curitibana, recebeu o título de Cidadão Honorário da capital paranaense.

O falecimento de Raul de Rezende Filho, conceituado homem das lides jurídicas paranaenses, abre uma lacuna na nossa vida social e política, inclusive, difícil de ser preenchida.

Requer-se, outrossim, que se manifeste à família enlutada as sinceras condolências do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 1003

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando condolências pelo falecimento do Sr. George Craig Smith, à comunidade da 1ª Igreja Batista em Londrina, estabelecida na Av. Paraná, nº 76, na Cidade de

Londrina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Ocorreu, neste dia, o falecimento do Cidadão Paranaense, George Craig Smith, na Cidade de Londrina. Fundador e pioneiro do Município de Londrina, adotou essa como sua cidade.

Reconhecido Cidadão Honorário do Estado, também foi concedido pela Coroa Britânica a Comenda MBE-Membro do Império Britânico. Sua contribuição para todos os londrinenses e paranaenses é grandiosa, e nesta hora lembramos com pesar de seu falecimento.

REQUERIMENTO N° 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Raul Rezende Filho.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Raul Rezende Filho, nasceu em Miraf, Estado de Minas Gerais. Foi Deputado Estadual nas legislaturas 1950 e 1954; Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. Foi 2° Vice-Presidente da Comissão Executiva - de 1955 a 1956; Em 1957 foi novamente Vice-Presidente da Comissão Executiva.

O passamento de Raul Rezende Filho veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Raul.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rezende, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvindo o Plenário, a designação, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações ao Município de Clevelândia, pela passagem do

Centenário de sua emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Antonio Selso Bortolini, ao vice-Prefeito, Senhor Jenyr Crestani e a todos os Senhores Vereadores para que recebam e transmitam à população clevelandense as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Centenário de Todos Nós

Quem viu Clevelândia nascer não está aqui para comemorar este Centenário.

Quem tanto trabalhou não está aqui para usufruir.

Muitos dos que se sacrificaram por este Município não desfrutaram do progresso e da melhoria que ajudaram a construir.

Certamente os que hoje estão aqui lutando para uma vida melhor, não estarão aqui para viver a nossa Clevelândia dos 200 anos. É assim, mas é a vida.

Esta palavras têm um sentido. Isto quer relembrar a todos que cada um constrói a sua comunidade não para si, mas também para todos. É como aquele homem que aos 80 anos plantava uma árvore com tanto entusiasmo como se ele próprio fosse usufruir da sombra e dos frutos que ela iria um dia produzir.

Clevelândia é um Município que não é meu nem seu; ele é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalharam em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor desta terra e sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Cem anos para o arquiteto do Universo - que tudo faz e fará - é um tempo ínfimo. Para nós que aqui estamos para cumprir a missão, pode ser um tempo eterno. Depende, de nós, depende de nossa vontade de realizar. É bom lembrar o poeta que disse um dia: "TRABALHA porque a vida é pequena e não há para o tempo demora; Não gasteis os minutos sem pena, não façais pouco caso das horas".

Na seqüência histórica de nossa terra, veremos como tantos trabalharam e lutaram para que Clevelândia fosse hoje o que é, melhor que ontem e muito melhor amanhã.

Como filho de Clevelândia desejo, nesta oportunidade, homenagear a laboriosa e culta população, pelo centenário de sua emancipação política, homenagem esta que dedicamos aos administradores de todos os tempos:

P R E F E I T O S

Diogo de Souza Bello	1892 - 1896
Pedro Ferreira Bello	1896 - 1900
Domingos Ferreira Pacheco	1900 - 1904
Major Sansão Carneiro	1904 - 1908
José Júlio Cleto da Silva	1908 - 1910
Pedro Ferreira Maciel.....	1910 - 1920
Lídio Albuquerque.....	1920 - 1923
Francisco Kastner.....	1923 - 1924
Dr. Piragibe de Araújo	1924 - 1925
Estevão R. Nascimento Jr.....	1925 - 1929
Antonio da Rocha Loures	1929 - 1930
Manuel Lustosa Martins	1930 - 1936
Marcelino Prestes.....	1936 - 1939
Otávio Francisco Mattos	1939 - 1940
Dr. Rubens Benetti	1940 - 1941
Major José Scheleder.....	1941
Antonio Augusto Patittuci	1941 - 1943
Tenente Luís José dos Santos..	1943
Dr. Antônio Annibelli.....	1944 - 1945
Crescêncio Martins	1945 - 1951
Dr. Synval Martins Araújo	1951 - 1955
Jesuino de Siqueira Bello	1955 - 1959
Dr. Synval Martins Araújo	1959 - 1964
Dr. Arival Antonio Zardo	1964 - 1969
Dr. José Guerreiro de Paula...	1969 - 1973
Idevaldo Zardo	1973 - 1977
Nelson Eloi Petry	1977 - 1981
Idevaldo Zardo	1982 - 1988
Antonio Selso Bortoloni	1989 - 1992

CLEVELÂNDIA- Berço da civilização paranaense, depositária das páginas mais brilhantes da nossa história. Clevelândia comemora no próximo dia 28 de junho o seu 100º aniversário de fundação. Desmembrado que foi de Palmas, no ano de 1892, o mais antigo Município do Sudoeste paranaense, passa, nos últimos anos, por um extraordinário surto de progresso.

Clevelândia, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para a industrialização, e o município conta hoje com extraordinárias empresas industriais e comerciais.

O centenário de Clevelândia é motivo de júbilo natural para toda a população, porque esta é uma cidade de características completamente diferentes das demais cidades do Brasil. E isso é o fruto do trabalho de sua gente.

Poucas cidades constituídas de etnias tão variadas e formadas por brasileiros de praticamente, todas as regiões, conseguem conquistar inteiramente seus "filhos adotivos" e ser, em seus corações, a terra de cada um.

É o Município nº 1 do sudoeste paranaense também chamado carinhosamente de "PORTAL DO SUDOESTE", pois dele foram desmembrados perto de 30 municípios dos que hoje compõem a vasta região sudoestina, além de 8 a 10 municípios que serão emancipados proximamente.

A Lei nº 28 de 28 de junho de 1892,

elevou à categoria de Vila, com a denominação de BELLA VISTA DE PALMAS, hoje Clevelândia, em homenagem ao então, Presidente dos Estados Unidos, Stefen Groven Cleveland que, como árbitro dirimiu a questão de limites entre o Brasil e Argentina, relativa ao então Território das Missões, pretendido pela Argentina.

Hoje, Clevelândia pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, entre os quais este Deputado, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Os problemas são o ponto que une a todos os clevelandenses legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado município, que se melhoram as condições de vida da população.

Clevelândia comemora o centenário de sua fundação com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Clevelândia é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

Mas, Clevelândia é um respeitável acervo de tradições que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Daquele rincão, modelos cívicos, morais, mentais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização do sudoeste. Desenvolve-se lá, além disso, uma economia pastoral favorecida pelo tropeirismo que lhe possibilita a formação de uma aristocracia rural de marcante liderança.

Daí as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das tradicionais famílias que lhe povoaram.

Não será exagero dizer que temos numa só cidade o espelho, a miniatura do mundo, com sua grandeza, com seu progresso, com sua tecnologia, com avanços, com culturas diversas e ao mesmo tempo com os problemas e dificuldades que são inerentes a qualquer sociedade.

A passagem do seu centenário representa mais que uma comemoração. É um evento que marca, além do seu registro histórico, uma Clevelândia renovada pela fibra do seu povo ao longo da história. Ali aportaram pessoas de todas as raças, esqueceram suas origens e se uniram fortes pelo bem comum de uma cidade que nasceu com o destino de estar sempre em franco desenvolvimento.

Nas páginas de sua história escrevemos

um pouco de nossa lida, e hoje, temos orgulho de, com todos brindarmos seu centenário de vertiginoso progresso.

Por todos esses fatos, o centenário de Clevelândia diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias.

HISTÓRICO DE CLEVELÂNDIA

Desde o século XVII os bandeirantes paulistas sabiam da existência de uma extensa região de campos ao sul do rio Iguaçu, separados dos de Guarapuava por um sertão de poucas léguas de largura, à margem daquela lendária estrada fluvial. A descoberta desses campos ocorreu quando os paulistas os atingiram com suas bandeiras levadas a regiões do Goioerê, nas depredações que fizeram nas Missões do Uruguai, segundo afirma o historiador Romário Martins.

Quando os comissários portugueses e espanhóis procederam à demarcação da fronteira, em 1759, encontraram em vários pontos da região de Palmas, sinais evidentes da dominação brasileira do século XVII, conforme declarou o Barão do Rio Branco, no seu Memorial ao Arbitrio na Questão das Missões.

Próximo às cabeceiras do rio Saudade, afluente ocidental do Chapecô, e na longitude da foz deste, no Campo Erê, foram encontrados restos de fortificação antiga, conhecida pela denominação de "muros" que, em 1887, o primeiro comissário brasileiro explorou, reconhecendo que em torno dessa posição "tinha havido um entrincheiramento formado por dupla estacada revestida de terra".

Além disso, Romário Martins diz ser o roteiro bandeirante citado por Varnhagem a demonstração de que os antigos paulistas conheceram a região modernamente chamada "Campos de Palmas", então denominados dos Biturunas. Motivos não faltam. Dentre eles avultam a prioridade no descobrimento e povoamento dos Campos de Guarapuava e suas melhores condições de defesa contra as tribos selvagens; o fato de estarem os Campos de Palmas povoados inteiramente por índios bravios e distantes de qualquer proteção oficial; o desconhecimento de um caminho que fosse ter à região e que, existindo, era segredo do aborígene; e, finalmente, à falta de elemento branco para penetrar, desbravar e povoar o sertão, foi retardada a penetração dos brancos naquela zona.

Contudo, a tradição da existência desses campos não ficou de todo perdida nem descuidada a conveniência de ser procurada, através deles, uma vereda que comunicasse Guarapuava com a zona norte do Rio Grande do Sul.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal, des-

cobridor dos Campos de Guarapuava, tenente-coronel e comandante da Expedição levada àquela região, determinou ao major Atanagildo Pinto Martins que descobrisse essa vereda, a fim de ser melhorada e por ela dar vazão ao comércio de tropas.

Na execução da tarefa, Atanagildo Pinto Martins contou com a cooperação do índio "Jongong" que, conhecendo os perigos da missão, penetrou nos Campos dos Biturunas, guiando a expedição mais para o oriente e passando pela ponta ocidental dos Campos de Palmas, indo sair em Vacaria, no Rio Grande do Sul. Incumbido de nova missão, por haver fracassado na primeira, "Jongong" foi encarregado de, juntamente com oito homens brancos, procurar o caminho desejado. Mas, vendo o risco a que estava exposto, o silvícola desapareceu na floresta, não mais voltando.

Outra tentativa para encontrar o tão almejado caminho foi feita em 1839, por Joaquim Ferreira dos Santos. Partindo de Guarapuava, em companhia de pequena expedição, atingiu o lugar denominado Alagoa, nos Campos de Palmas. Ao tentar retornar à sua origem, a expedição de Joaquim Ferreira dos Santos encontrou dificuldades, criadas por Pedro de Siqueira Cortes, homem corajoso e empreendedor que, tendo se oferecido a integrar a expedição de Ferreira dos Santos, não foi aceito.

Em vista disso, Pedro de Siqueira Cortes organizou uma bandeira e, com o mesmo objetivo, lançou-se ao sertão, em demanda dos Campos dos Biturunas ou de Palmas. Rasgou uma vereda abaixo do "passo" descoberto por Ferreira dos Santos, saiu nos Campos de Palmas, em sua maior extensão, queimou o estabelecimento fundado por seu antecessor, e retirou-se, seguindo pela picada aberta pelos primeiros exploradores, por ser a mais curta. Nesse trajeto encontraram-se as duas bandeiras, em pleno sertão, disputando os seus direitos. Eram sessenta homens que, durante todo o ano de 1839, empregaram-se na introdução de gado, trazido de Guarapuava, dando início à fundação de fazendas. Entretanto, a desarmonia entre ambos os grupos era cada vez mais acirrada. Os que chegavam depois, não respeitavam os direitos dos primeiros, soltavam seus animais onde melhor lhes parecia, derrubavam casas e arrasavam currais, resolvendo a questão pelas armas.

Enquanto lavrava a dissensão entre os posseiros, os selvagens rondavam e ameaçavam os seus estabelecimentos. Diante disso, ocorreu um entendimento preliminar entre os chefes e os homens das duas bandeiras, ficando então decidido que a questão da posse seria confiada ao arbitrio de dois cidadãos estranhos às lutas locais, procurando-se, desta forma, a solução para o grave problema das competições existen-

tes entre as duas partes.

Recaindo a escolha nas pessoas do capitão Domingos Inácio de Araújo e alferes José Caetano de Oliveira, estes apresentaram razões de excusas, sendo substituídos pelo Dr. João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira, dois ilustres curitibanos que, tendo partido de Curitiba a 4 de abril de 1840, chegaram ao lugar da contenda a 28 de maio daquele ano.

Os dois arbitrios da importante questão, na sua passagem por Guarapuava encontraram o famoso índio Condã, cacique de uma tribo dos caingangues domiciliada em Palmas, e conseguiram que o chefe gentio os acompanhasse, auxiliando-os na obra de pacificação dos primitivos habitantes dos Campos de Palmas.

As duas bandeiras em litígio foram separadas pelo Ribeiro Caldeiras, ficando a de Pedro de Siqueira Cortês, para o oeste e a de Joaquim Ferreira dos Santos para o leste. Como ambas as sociedades ficassem isoladas de Curitiba por falta de vias de comunicação, o grande paranaense Francisco de Paula e Silva Gomes propôs-se a entrar no sertão com alguns companheiros, a fim de explorar a navegabilidade do Rio Iguaçu e abrir comunicação com os habitantes do sudoeste do Paraná. Superados os obstáculos, Silva Gomes conseguiu a execução de uma Lei paulista de 16 de março de 1837, que havia criado uma Companhia de Municipais Permanentes, exatamente "para com ela fazer-se por parte do governo, a descoberta destes campos"; assim, os campos de Palmas, antes desconhecidos e servindo apenas de abrigo ao gentio feroz, passaram a integrar a civilização e o patrimônio da província.

Mas outro problema aparecia, concomitantemente às dimensões dos primeiros povoadores da região, onde hoje se acha o território do município de Clevelândia. Foi a célebre Questão das Missões, originada na demarcação de limites entre o Brasil e a Argentina.

Até a época da decisão final dos grandes debates travados nos setores diplomáticos dos dois países, toda a extensa região, compreendida entre a freguesia de Palmas e a fronteira da Argentina, era uma zona contestada. Em face da gravidade da questão em jogo, foi nomeado árbitro o então Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, Grever Cleveland, o qual, depois dos estudos necessários, dirimiu a questão em favor do Brasil, motivo porque a vasta região dos Campos de Palmas e do sertão passou definitivamente a constituir território brasileiro. Muitos anos mais tarde, o governo do Paraná deu-lhe a denominação de Clevelândia, em homenagem ao grande Presidente da República Norte-Americana.

Ao ser iniciada, a povoação foi localizada nos Campos de Palmas de Baixo; e sua origem data do tempo da guerra do Paraguai, embora muitos anos antes já existissem numerosos sítios habitados por brancos que ali aportaram a partir de 1838.

Durante a guerra do Paraguai foi destacado um contingente da guarda nacional para vigiar a fronteira. Com o prolongamento da Guerra, os alojamentos provisórios dos soldados foram sendo transformados em habitações permanentes, e estas foram aumentando, de sorte que dentro de alguns anos o arraial transformado numa verdadeira povoação.

Assim, pela Lei Provincial n° 789, de 16 de outubro de 1884, foi criada a freguesia, com a denominação de Bela Vista de Palmas. Pela Lei n° 28, de 28 de junho de 1892, a freguesia foi elevada a Município, ainda com a denominação de Bela Vista de Palmas. Passou a denominar-se Clevelândia em virtude da Lei n° 862, de 29 de março de 1909, pelos motivos já referidos.

Com a criação do Território Federal do Iguaçu, pelo Decreto Lei Federal n° 5.812, desde 13 de setembro de 1943, o Município de Clevelândia passou a integrá-lo.

Extinto o Território, em virtude de dispositivo da Constituição de 1946, novamente Clevelândia passou a integrar o Território do Estado do Paraná, por força do Decreto Lei n° 533, de 21 de novembro de 1946, sendo instalado no dia 30 do mesmo mês e ano.

LOCALIZAÇÃO:

O município está situado na Zona Fisiográfica do Iguaçu. Limita-se ao norte com Manguaí; a oeste, com Mariópolis e Pato Branco; ao sul, com o Estado de Santa Catarina; a leste, com Palmas. Sua posição geográfica tem como coordenadas 26° 24' 15" de latitude Sul e 52° 20' 23" de longitude W.Gr.

CLIMA:

O município de Clevelândia situa-se na região abrangida pelo clima frio. As temperaturas médias observadas durante o ano são de 5,2°C no inverno, 22°C no verão, sendo a média das compensadas 13,6°C. Possui clima saudável e seco, bastante frio nas estações hibernais, quando se observam geadas frequentes e, por vezes, nevadas; agradável no estio.

POPULAÇÃO:

Conta pelo Recenseamento Geral de 1990, com 16.278 habitantes, sendo 8.039 homens e 8.239 mulheres.

VEGETAÇÃO:

A vegetação de Clevelândia é formada de campos com vegetação nativa rasteira (pastagem nativa) interrompida por bosques ou campos com vegetação de porte médio. É comum a existência do pinheiro brasileiro

(Araucária).

Existem matas de vegetação de porte alto, onde predominam: imbuia, cedro, pessegueiro bravo, canela, soita, erva, guajuvira, angico, cabriúva, etc.

Há reflorestamentos essenciais de nativas (pinheiro, erva bracatinga) e exóticas (eucalipto, pinus).

ACIDENTE GEOGRÁFICOS

RIOS:

Chopim, São Francisco, Banho, Brinco, Rondinha, Lontras, Passo do Leão, etc.

QUEDAS D'ÁGUA:

Rio Chopim com três quedas, sendo a mais importante o Salto Claudelino, onde se localiza a Usina Hidrelétrica que fornece a energia para a indústria OLVEPAR; Rio São Francisco com uma queda localizada próximo à rodovia PR-280.

SERRAS:

Serra da Fartura localizada no Distrito Coronel Firmino Martins.

ILHAS:

Ilha Grande, localizada no Rio Chopim, à margem da estrada que liga Clevelândia a Manguueirinha.

POVOAÇÃO:

Os primeiros povoadores eram descendentes de portugueses e elemento indígena. Mais tarde vieram os colonos riograndenses e, também, os madeireiros oriundos de diversos estados do Brasil.

Atualmente a população é predominantemente formada de italianos, mestiço, alemão, português, turco, polonês e japonês.

Os primeiros povoadores de que temos informações foram: Hermógenes Carneiro Lobo, Manoel Ferreira Bello, José de Lima Pacheco.

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE TRANSFORMAÇÃO:

Indústria de Óleos Vegetais, Indústria de Carrocerias, Indústria de Malhas, Indústria de Jeans, Indústria de Mesas de Bilhar, Indústria de Café, Indústria de Cerâmicas, Indústria de Calçados, Madeireiras, Fábrica de Móveis, Fundição, Esquadrias Metálicas, Artefatos Xaxim, Artefatos de Cimento, Artefatos de Funilaria, Ervateiras, Carvoarias.

COMÉRCIO E SERVIÇOS:

Casas Comerciais, Bares, Oficinas Mecânicas, Livrarias e Papelarias, Hotéis, Restaurantes, Gráficas, Construtoras, Escritórios de Contabilidade, Churrascarias, Barbearias, Institutos de Beleza, Fotógrafos, Locadoras, Transportadoras, Empreiteiras, Açougues, Padarias, Auto-peças, Auto-Elétricas, Postos de Distribuição de Derivados de Petróleo, Relojoarias, Cerealistas, Distribuidores de bebidas, Leiterias, Supermercados, Cooperativas, Silos, Serviços Funerários.

SETOR JURÍDICO:

Escritórios de Advocacia.

SETOR DE SAÚDE:

Farmácias, Hospitais, Posto de Saúde, Minipostos de Saúde localizados na cidade e no interior, APMI, Cáritas Paroquial, LBA, Laboratórios, Consultórios Odontológicos.

SERVIÇOS PÚBLICOS:

Fórum, Delegacia de Polícia, Saúde Pública, Assistência Social, Policiamento, Carro de Bombeiros, Fiscalização, Transporte Público, Iluminação (COPEL) Água e Esgoto (SANEPAR), Comunicação (TELEPAR), Ajardinamento, Calçamento, Limpeza Pública, Educação, Cultura, Esportes, Creche Bom Samaritano, Creche Santo Antônio, Maria Claret, Serviço de Rádio, Meteorologia, Acarpa, LBA.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

Telefone, Telex, Rádio Progresso, Telefonia Rural, Correio. Recebe também as imagens de TV da Rede Globo, Rede Bandeirantes, Rede SBT e Rede Manchete, Jornais e Revistas provenientes de diversas capitais brasileiras.

MEIOS DE TRANSPORTE:

O meio de transporte do Município de Clevelândia é o Rodoviário. O principal meio de transporte de passageiros é o ônibus, através das Empresas de Transporte: Reunidas, Cattani, Unesul, Vale do Iguaçu, Clevetur e Irmãos Bernardi.

PLANO RODOVIÁRIO:

O Município é servido pela PR-280 (Rodovia Manuel Lustosa Martins). É asfaltada e liga Clevelândia aos Municípios de Palmas e Mariópolis e, através destes se liga com os outros Municípios do Estado.

Clevelândia se liga também com o Município de Manguueirinha, pela Estrada da Balsa do Chopim, e com o Município de Honório Serpa, pela Estrada da Ponte do Chopim. Liga-se ainda, com o Município de Abelardo Luz (SC).

No interior, o Município de Clevelândia conta com 1450 quilômetros, quase todos revestidos com cascalho.

Clevelândia possui também um pequeno campo de pouso para aviões.

CLUBES DE SERVIÇOS:

Lions Clube, Rotary Club, Movimento Serra.

CASA DE CRÉDITO:

Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A, Banestado, Banco Brasileiro de Descontos, Banco Bamerindus do Brasil.

ASSOCIAÇÕES DE CLASSES:

Associação dos Acadêmicos de Clevelândia, Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Clevelândia, Associação Comercial e Industrial, INSS, Associação de Pais e Mestres, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação dos Alcoôlatras Anônimos, Associação dos Professores Municipais Clevelandenses, Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Butiã.

DIVERSÕES E TURISMO:

Clube Cultural Clevelandense, Sociedade Operária Guaíra, CTG Vaqueanos da Quêrência, Cinema, Sociedade Hípica Clevelandense, Estádio de Futebol Max Sthalschmidt, Centro Esportivo Idevaldo Zardo, Parque de Exposições "Portal do Sudoeste", Cartódromo.

RELIGIÃO:

A religião predominante é a Católica. Existem no Município outras seitas e religiões: Irmãos Menonitas, Assembléia de Deus, Evangélica Quadrangular, Batista, Luterana, Testemunhas de Jeová, Adventista do Sétimo Dia, Centros Espíritas.

PODERES MUNICIPAIS**EXECUTIVO:**

Exercido pelo Prefeito Antônio Selso Bortolini e pelo Vice-Prefeito Jenyr Crestani.

LEGISLATIVA:

Exercido pelos Vereadores: Ana Maria Fazolo, Antônio Firmino Carneiro, Dr. Dioracy Possan Bertolini, Jaime Mozer, Manoel Santana Cordeiro, Marcos Antonio Loyola, Paulino Francisco Stedille, Paulo Penteado Cardoso e Roberto Reisdorfer.

No período Legislativo de 1992, a Presidência da Câmara Municipal é exercida pelo Vereador Paulino Francisco Stedille.

JUDICIÁRIO:

É exercido pelo Juiz de Direito. Atualmente está sendo exercido pela Dra. Saionara Sedano.

Promotoria Pública: Atualmente é exercida pela Dra. Wilma Sotomaior Siqueira.

NOSSA SENHORA DA LUZ**Padroeira de Clevelândia**

A Paróquia de Nossa Senhora da Luz, foi fundada em 06 de janeiro de 1939.

VIGÁRIOS

01. Frei Casemiro Vincens	1939
02. Frei Bertoldo Merschbroc	1948
03. Frei Lucas Wehling	1951
04. Frei Cassio Vieira	1956
05. Frei Theophilo Wann	1959
06. Pe. Abramo Franchin	1960
07. Frei Theophilo Wann	1961
08. Pe. Abramo Franchin	1961
09. Pe. Mário Gomes Bezerra	1962
10. Pe. Abramo Franchin	1963
11. Pe. Manoel Muller	1977
12. Pe. José Antonio Hintze	1980
13. Pe. Roberto Rosalino	1980
14. Pe. Irio Rissi	1982
15. Pe. Alberto Esmanhotto	1984
16. Pe. Waldir José Piva	1986
17. Pe. Eugênio Pessato	1989
18. Pe. Mauro Zequin Custódio	1991

REQUERIMENTO N° 1002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao Senhor STENIO JACOB, Presidente da SANEPAR, por ter incluído como tarifa social as residências de até 80 m², e com o consumo para 15 m³.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento: Domingos Carvalho, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Cezar Silvestri, Nelson Justus, Rossoni, Elio Rusch, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Alborghetti, José Alves, Alceu Swarowski, Doutor Rosinha, Dobrandino da Silva, Severino Félix e Eurides Moura.

JUSTIFICATIVA:

A medida tomada pela SANEPAR, reveste-se de alto teor social, pelo fato de que atinge milhares de usuários, normalmente de baixa renda, que até então pagavam uma tarifa normal.

Insta acentuar que o País passa por grandes dificuldades financeiras, o que onera mais ainda o trabalhador que não tem como lutar contra a inflação que devora praticamente todo o seu salário, o que demonstra o cumprimento, por parte do Poder Executivo Estadual de suas promessas, notadamente sua opção pelo mais pobre.

REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscreve, todos integrantes da bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de V.Exa. requerer que, após ouvido o Plenário, seja consignado nos anais da Casa um voto de solidariedade ao Vereador Álvaro Skiba, do Município de Planalto, que, vítima de perseguições eminentemente políticas, encontra-se injusta e arbitrariamente preso e recolhido à cadeia pública da Cidade de Capanema, onde está recebendo tratamento humilhante e não condizente com elevado cargo público que ocupa.

Tal pedido justifica-se pela clara e evidente conotação política que determinou a prisão de Álvaro Skiba, cidadão de mais alta respeitabilidade junto à comunidade do brioso Município de Planalto, professor da rede pública estadual, por duas vezes eleito vereador pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, do qual, inclusive, é Presidente do Diretório Municipal, e agora, desponta como pré-candidato ao cargo de Prefeito Municipal, com eleição praticamente assegurada.

Esse invejável prestígio comunitário e, acima de tudo, a certeza de uma vitória eleitoral das mais marcantes, foi, talvez a causa determinante da inveja de seus

opositores que, forjando fatos, conseguiram enganar a própria justiça. A prisão do Vereador Álvaro Skiba nada mais é que uma vil manobra política que objetiva neutralizar sua candidatura à Prefeitura de Planalto, justamente às vésperas da convenção partidária que fatalmente o indicaria como postulante àquele cargo. Essa tentativa, entretanto, não logrará êxito, porque está calcada na mentira, na falsidade, na difamação e na injúria.

Por todas essas razões, os Deputados signatários não poderiam se calar, e esperam a adesão de todos os pares desta Casa como uma homenagem à classe política e principalmente, ao Poder Legislativo.

REQUER, finalmente, que após aprovado este requerimento, dele seja cientificado o Vereador Álvaro Skiba.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(aa) ALGACI TÓLIO, PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, CEZAR SILVESTRI E ALBINO CORAZZA.

REQUERIMENTO N° 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Dr Inaro Fontan Pereira, DD. Diretor do D.N.E.R., solicitando medidas urgentes para a recuperação do acostamento da Rodovia BR-116, nos diversos trechos entre Curitiba e Rio Negro, avariados pelas chuvas.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Parte dos acostamentos da BR-116, importante via de ligação com o sul do País, apresenta pontos totalmente destruídos pelas recentes chuvas. A situação requer medidas urgentes para a sua recuperação, pois da maneira em que se encontram oferecem sérios riscos aos seus usuários. A ocorrência de acidentes aumentou consideravelmente após as chuvas, esperando-se pelas providências que se fazem necessárias por parte do D.N.E.R.

REQUERIMENTO N° 985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Álvaro Figueiredo de Mendonça Junior, DD. Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando que sejam determinados estudos visando a possibilidade da abertura de inscrições para o financiamento da Casa Própria à população de baixa renda atingida pelas enchentes no Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

É dramática a situação em que se encontram as famílias de baixa renda atingidas pelas recentes chuvas que caíram em nossa região, as quais foram duramente castigadas, com a destruição total de suas casas. Seus moradores se vêem na impossibilidade de reconstruí-las, por falta dos recursos que se fazem necessários para a aquisição dos materiais imprescindíveis para esse fim. Motivos estes, mais que justos para que seja determinada a abertura de inscrições para o financiamento da casa própria como meio de ajudar aos menos favorecidos pela sorte, que ficaram desabrigados.

REQUERIMENTO N° 986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Afonso Alves de Camargo, DD. Ministro de Estado dos Transportes e Comunicação, solicitando que o mesmo determine, com a máxima urgência, providências necessárias para a recuperação da BR-116, trecho Curitiba/Rio Negro, em vista da mesma ter sofrido pesados danos quando das últimas chuvas ocorridas na região sul do País, apresentando pontos totalmente destruídos pela enxurrada, colocando em risco a vida de inúmeros usuários que por ela são obrigados a trafegar.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A BR-116, importante via de ligação com o sul do País, sofreu, com as recentes chuvas ocorridas, pesados danos causados pelas enxurradas, que causaram quedas de barreiras e agravamento na já caótica situação de seus acostamentos, onde se constata pontos totalmente destruídos, tornando impraticável o seu uso, contribuindo, assim, para que haja sérios riscos de ocorrência de graves acidentes, ceifando a vida de inúmeros usuários que nela são obrigados a transitar.

REQUERIMENTO N° 987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ricardo Ferreira Fiuza, DD. Ministro de Estado da Ação Social, solicitando que o mesmo determine, com a maior brevidade possível, que sejam iniciados estudos visando a liberação do F.G.T.S, à população vitimada pelas enchentes no sul do País.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento público, a região sul do País, foi assolada por fortes chuvas nos últimos tempos, vindo a atingir sobremaneira as regiões ribeirinhas, ocasionando a destruição completa de muitos lares, deixando, assim, milhares de pessoas desabrigadas em nosso Estado, sendo que a maioria delas é de baixa renda, sem condições de virem, a curto prazo, recuperar o seu patrimônio. Face a calamitosa situação em que se encontram se faz mister o atendimento do presente, para amenizar em parte, o sofrimento de nossa gente trabalhadora, tão duramente atingidas pelas intempéries, mas que jamais perdem a esperança de um futuro melhor.

REQUERIMENTO N° 988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Marcílio Marques Moreira, DD. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, solicitando que o mesmo determine estudos visando a possibilidade de ampliação em 60 (sessenta) dias, do prazo de pagamento de impostos e encargos federais, pelas empresas localizadas nas regiões atingidas pelas chuvas ocorridas no Estado do Paraná, face a grande queda de arrecadação ocasionada pela paralização da produção e suspensão do escoamento dos produtos.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A ocorrência de fortes chuvas, nos estados do sul do País, ocasionou grandes enchentes em diversas cidades do nosso Estado, provocando assim a paralização de diversas indústrias que ficaram totalmente inundadas, causando queda na arrecadação, com a paralização do escoamento dos produtos. Outra situação com que defronta o empresariado é com relação à dispensa de seus funcionários para a recuperação e limpeza de suas casas atingidas pelas inundações, para um pronto retorno aos seus verdadeiros lares.

REQUERIMENTO N° 103

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, através do Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o que estabelece o art. 55 da Constituição Estadual, vem a presença de Vossa Excelência requerer que, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Homero Morinobu Oguído, DD. Secretário

de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando que, em Regime de Urgência, forneça aos signatários, através da Mesa Executiva, todas as informações necessárias para esclarecer as formas e condições em que foram celebrados contratos entre a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e as empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda e SERKOL - Construções Cíveis e Empreendimentos Ltda, anexando, inclusive, cópias dos respectivos instrumentos, notas, empenhos e, enfim, todos os documentos que possam trazer esclarecimentos a respeito.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(aa) PAULO MAIA, ALBINO CORAZZA, CEZAR SILVESTRI, EMILIA BELINATI E ALGACI TOLIO.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se justifica pelo fato de que esta representação partidária recebeu denúncias de funcionários das entidades citadas, da existência de possíveis irregularidades nos contratos de construção celebrados com as Empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda, e SERKOL - Empresa Paranaense de Construções Ltda, por não atenderem critérios técnicos e administrativos necessários e obrigatórios, o que, em princípio, caracterizaria alguma forma de ilícito.

Cremos, inclusive, que o esclarecimento desses fatos será também de interesse das empresas públicas, e, acima de tudo, do Governo Estadual, que tem demonstrado através da imprensa a vontade de coibir tais abusos.

REQUERIMENTO N° 994

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, através do Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o que estabelece o art. 55 da Constituição Estadual, vem a presença de Vossa Excelência REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Elias Abraão, DD. Secretário de Educação do Paraná, solicitando que, em Regime de Urgência, forneça aos signatários, através da Mesa Executiva, todas as informações necessárias para esclarecer as formas e condições em que foram celebrados contratos entre a Fundação Educação do Paraná - FUNDEPAR e as empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda e SERKOL - Construções Cíveis e Empreendimentos Ltda, anexando, inclusive, cópias dos respectivos instrumentos, notas, empenhos e, enfim, todos os documentos que possam trazer esclarecimentos a respeito.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(aa) PAULO MAIA, ALBINO CORAZZA, CEZAR SILVESTRI, EMILIA BELINATI E ALGACI TOLIO.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se justifica pelo fato de que esta representação partidária recebeu denúncias de funcionários das entidades citadas, da existência de possíveis irregularidades nos contratos de construção celebrados com as Empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda, e SERKOL - Empresa Paranaense de Construções Ltda, por não atenderem critérios técnicos e administrativos necessários e obrigatórios, o que, em princípio, caracterizaria alguma forma de ilícito.

Cremos, inclusive, que o esclarecimento desses fatos será também de interesse das empresas públicas, e, acima de tudo, do Governo Estadual, que tem demonstrado através da imprensa a vontade de coibir tais abusos.

REQUERIMENTO N° 995

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido Democrático Trabalhista PDT, através do Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o que estabelece o art.55 da Constituição Estadual, vem a presença de Vossa Excelência requerer que, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Luiz Gastão de Alencar Franco de Carvalho, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando que, em regime de urgência, forneça aos signatários, através da Mesa Executiva, todas as informações necessárias para esclarecer as formas e condições em que foram celebrados contratos entre o Departamento Estadual de Construção e Obras e Manutenção - DECOM e as empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda e Serkol - Construções Cíveis e Empreendimentos Ltda, anexando, inclusive, cópias dos respectivos instrumentos, notas, empenhos e, enfim, todos os documentos que possam trazer esclarecimentos a respeito.

Sala das Sessões, em 16.06.92

(aa) PAULO MAIA, ALBINO CORAZZA, CEZAR SILVESTRI, EMÍLIA BELINATI e ALGACI TÓLIO.

JUSTIFICATIVA:
O presente pedido se justifica pelo fato de que esta representação partidária recebeu denúncias de funcionários das entidades citadas, da existência de possíveis irregularidades nos contratos de construção celebrados com as Empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda, e SERKOL - Empresa Paranaense de Construções Ltda, por não atenderem critérios técnicos e administrativos necessários e obrigatórios, o que, em princípio, caracterizaria alguma forma de ilícito.

Cremos, inclusive, que o esclarecimento desses fatos será também de interesse das empresas públicas, e, acima de tudo, do Governo Estadual, que tem demonstrado através da imprensa a vontade de coibir

tais abusos.

REQUERIMENTO N° 996

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, através do Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o que estabelece o art.55 da Constituição Estadual, vem a presença de Vossa Excelência requerer que, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando que, em Regime de Urgência, forneça aos signatários, através da Mesa Executiva, todas as informações necessárias para esclarecer as formas e condições em que foram celebrados contratos entre o Banco do Estado do Paraná - BANESTADO e as empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda e Serkol - Construções Cíveis e Empreendimentos Ltda, anexando, inclusive cópias dos respectivos instrumentos, notas, empenhos e, enfim, todos os documentos que possam trazer esclarecimentos a respeito.

Sala das Sessões, em 16.06.92

(aa) PAULO MAIA, ALBINO CORAZZA, CEZAR SILVESTRI, EMÍLIA BELINATI e ALGACI TÓLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se justifica pelo fato de que esta representação partidária recebeu denúncias de funcionários das entidades citadas, da existência de possíveis irregularidades nos contratos de construção celebrados com as Empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda, e SERKOL - Empresa Paranaense de Construções Ltda, por não atenderem critérios técnicos e administrativos necessários e obrigatórios, o que, em princípio, caracterizaria alguma forma de ilícito.

Cremos, inclusive, que o esclarecimento desses fatos será também de interesse das empresas públicas, e, acima de tudo, do Governo Estadual, que tem demonstrado através da imprensa a vontade de coibir tais abusos.

REQUERIMENTO N° 975

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando estudos de viabilidade para instalação de uma Delegacia da Mulher, em Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 16.06.92

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Apesar dos avanços que a sociedade ao longo dos tempos promoveu em seu benefício

para um melhor convívio social, as mulheres, em que pese o já alcançado, ainda continuam a não ter o tratamento igualitário que lhes garante a Carta Universal dos Direitos Humanos, e algumas ainda são vítimas de agressões físicas e morais de seus consortes e do homem em geral.

A denúncia das agressões perante a autoridade policial nem sempre existe pelas agredidas, com medo de represália dos agressores, ou por constrangimento de sua situação de mulher.

Marechal Cândido Rondon não foge à regra. É um município que cresceu muito, como outros do Paraná, que tem os seus problemas econômicos-sociais, de acordo com levantamento feito pela Delegacia local, 50% das queixas registradas naquele Órgão policial, são de mulheres mal tratadas, o que justifica a instalação de uma Delegacia da Mulher.

REQUERIMENTO N° 977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Luís Renato Pedroso, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja criada a Comarca de Vera Cruz do Oeste, no Município de Vera Cruz do Oeste, criado pela Lei n° 7.269/79, com jurisdição, abrangente também, para as localidades de Diamante do Oeste e São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A solicitação ora pedida junto ao Egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado se encontra consubstanciada e justificada no anseio popular e na realidade sócio-econômica deste município e da área de abrangência da futura Comarca de Vera Cruz do Oeste. A concretude de nosso pedido beneficiará em muito a respectiva população.

A abrangência da jurisdição da futura Comarca de Vera Cruz do Oeste para as localidades de Diamante do Oeste e São Pedro do Iguaçu, vem razoada nos seguintes fatos: o da proximidade entre estes Municípios e o de que para tratar-se de qualquer assunto pertinente à área judicial com relação a cidade de Diamante do Oeste, é necessário percorrer-se uma distância de 64Kms através das Rodovias PR-488 e BR-277, sendo inclusive obrigatória a passagem pela cidade de Cerro Azul, a qual dista mais 28 quilômetros da sede da Comarca de Matelândia. Tal distância, dificultada, também, o cumprimento de diligências pelos Oficiais de Justiça da Comarca

de Matelândia, o que onera em muito o usuário de tais serviços, isto porque, as custas dos mesmos sempre são cobrados pela quilometragem percorrida pelos oficiais. Tal distância, também vem prejudicar o cidadão comum, quando precisa utilizar-se dos serviços dos Cartórios das Varas Civil e Criminal, Eleitoral, de Protestos e do Registro Geral de Imóveis. Por outro lado, a população da localidade de São Pedro do Iguaçu motivada pela pequena distância que liga esta à cidade de Vera Cruz do Oeste, dá preferência a Vera Cruz do Oeste para todas as suas transações comerciais e bancárias. Presumindo-se desta forma, que é com justiça que apresentamos o Município de São Pedro do Iguaçu como participante deste processo, considerando sua potencialidade econômica e que hoje seu movimento forense na Comarca de Toledo.

Além do que, a realidade geográfica vem comprovar que Vera Cruz do Oeste é o centro da pequena área que se constitui pelos Municípios de Vera Cruz do Oeste, Diamante do Oeste e São Pedro do Iguaçu. E a situação geográfica de Vera Cruz do Oeste em relação aos municípios circunvizinhos é privilegiada sendo imperiosa a instalação da Comarca neste município para melhor atender as demandas judiciais e por ser de benefício e interesse das comunidades dos Municípios acima abrangidos.

REQUERIMENTO N° 978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Adib Jatene, Ministro da Saúde, solicitando urgência na regulamentação do art.35 da Lei 8080/90, e, maior agilidade na liberação das verbas do Ministério da Saúde para pagamento dos serviços prestados pela rede pública.

REQUER também seja dado conhecimento deste aos Prefeitos dos Municípios no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A situação de saúde da população é a pior possível dos últimos anos: aumento da morbidade em geral, e surgimento de novas epidemias sem debelar as antigas.

O Governo Federal envolvido em corrupção e falcaturas não tem atuado com dignidade e responsabilidade política nos vários setores e especificamente na Saúde.

Os Governos Estaduais, em geral tem se omitido e não formulado políticas de saúde condizente com a realidade.

Dentro desta conjuntura de irresponsabilidade dos governantes, de recessão e desemprego, quem tem pago a saúde, e muitas vezes com a vida são os trabalhadores

pobres e miseráveis. Estes, no desespero procuram os municípios, instância mais próxima, procurando respostas aos problemas. Muitos municípios não recebem os recursos necessários, e, estão em grandes dificuldades para atender a população, por isso se faz necessário regulamentar com urgência o art.35 da Lei Orgânica da Saúde.

REQUERIMENTO N° 979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente aos Senhores Prefeitos Municipais do Estado do Paraná e também ao Conselho Estadual de Saúde, solicitando que a Lei 8142/90 do Sistema Único de Saúde (SUS) seja cumprida no que diz respeito à constituição dos Conselhos Municipais de Saúde. Segundo a referida Lei, estes Conselhos devem ser de caráter deliberativo e contar com 50% de usuários.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Apesar da exigência legal, inúmeros municípios paranaenses não constituíram seus Conselhos Municipais de Saúde. Outros os constituíram sem poder de decisão, portanto desrespeitando a referida lei.

Entendemos que se faz urgente a correção destas irregularidades através da constituição de forma democrática dos Conselhos Municipais de Saúde. Ao contrário do que muitos administradores pensam, a participação popular nas administrações faz com que amplos setores da sociedade civil tomem conhecimento dos problemas da saúde e passem a lutar pelos direitos individuais e coletivos. Além disso, a posse das informações e o conhecimento das dificuldades específicas da administração em resolver os problemas de saúde, promovem a participação efetiva da população na resolução dos mesmos, cobrando dos Governos Estaduais e Federal o funcionamento do setor de saúde.

REQUERIMENTO N° 982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da Telepar, Senhor Paulo Cordeiro, solicitando estudo para instalação de um PS em Trindade, Distrito de Uvaia, Município de Ponta Grossa.

REQUER da decisão, seja dado ciência ao Senhor Valentim Bontorin, à rua Benjamin Constant, 730, CEP 84010 380, em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Trindade, está situada no Km 20 da Rodovia que liga Ponta Grossa a Guarapuava, numa região de franco desenvolvimento econômico, havendo uma necessidade de expansão da telefonia que beneficiaria inúmeros usuários que estão interessados em desfrutar desse serviço. Por tratar de uma região onde predomina a agropecuária, uma vez atendido este pedido, por certo contribuirá ainda mais para o desenvolvimento e bem estar dos seus habitantes além de possibilitar os usuários a uma integração rápida com o mercado.

REQUERIMENTO N° 989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião, expediente, contendo votos de solidariedade da Assembléia Legislativa do Pr, face intervenção do Estado, sugerida pelo STJ, tendo em vista conflitos de terras no Município de Roncador.

Independente dos aspectos jurídicos e constitucionais que envolvem esta polêmica questão, cabe ao Poder Legislativo Estadual legislar e posicionar-se na defesa da Soberania do nosso Estado.

A agressão proferida pelo STJ, através da intervenção, agrediu de uma forma geral todos os paranaenses injustamente.

É inegável, o empenho e a dedicação do Governador Roberto Requião em buscar pacificamente alternativas que visem solucionar os conflitos de terras do Paraná.

O caminho efetivamente é esse, e não fazer dos nossos campos, campos de batalhas. O problema da terra, tem que ser resolvido com a devida sensibilidade social e política, e não através da agressão e da força, contra os fracos e oprimidos.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, sugerindo a criação do Distrito Judiciário de Fernandes Pinheiro, no Município de Teixeira Soares.

Fundamentado na iniciativa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, João Inácio Roos, é vital a criação do Distrito Judiciário, considerando que Fernandes Pinheiro fica distante quinze quilômetros da sede do Município, assim como o número de habitan-

tes, atualmente estimado em cerca de 3.500, em sua maioria a enfrentar verdadeiros transtornos, quando necessita de tais serviços cartorários.

Isto posto, espera-se que esta iniciativa concretize-se, tendo em vista tratar-se de um justo pleito.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Administração, para que sejam revistas aposentadorias de servidores estaduais por invalidez, a molde do que foi determinado pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, ao adotar tal medida, a exemplo do INSS, poderá corrigir possíveis aposentadorias fraudulentas, como também, oferecer oportunidade aos servidores estaduais que forem "considerados" aptos ao serviço público, retornarem às suas funções, ou serem readaptados, com possibilidades de melhorar seus saldos e até participarem de novos concursos, alterando seus padrões de vida, como de seus familiares.

REQUERIMENTO N° 1001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Coronel QOPM SERGIO ITAMAR ALVES, Comandante de Policiamento da Capital, no sentido de que este envie todos os esforços para o deslocamento de novas viaturas policiais aos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, que estão com falta das mesmas, para dar atendimento mínimo à comunidade que vive sendo constantemente ameaçada por marginais que atuam livremente, dentre eles os Municípios de Itaperuçu, Quatro Barras, Tunas, Adrianópolis, Campina Grande do Sul, Bocaíuva do Sul, Rio Branco do Sul, Contenda, Colombo e Balsa Nova.

Em virtude do exposto, solicito urgência na efetivação do requerido.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, João Iensen, Nelson Justus, Doutor Rosinha, Elio Rusch, Luiz Carlos Alborghetti, Domingos Carvalho.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 185/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PORTADORES DE DOENÇAS RENAIIS, DOADORES E TRANSPLANTES RENAIIS- APARTRANS. com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A APARTRANS é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, que reúne pacientes renais e todos os demais interessados em auxiliar a solucionar a problemática do paciente de insuficiência renal, inclusive no que diz respeito ao transplante e às necessidades pré e pós transplante.

Todos aqueles que trabalham com a APARTRANS o fazem de forma abnegada, sem nada receber financeiramente, tendo como pagamento a certeza e a convicção do trabalho bem feito e da efetiva ajuda prestada a aquelas pessoas já tão depauperadas pelo problema renal e pela extrema força interior que tanto o gesto de doação de um órgão, quanto o transplante em si trazem.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos o devido apoio dos Pares deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

(Declina).

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Grande Expediente, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

(Declina).

Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós brasileiros, estamos vivendo um momento muito sério de crise no setor econômico e no setor social do País. Dentro desta crise social, uma das áreas tem vivido uma crise de maior profundidade, acarretando um maior sofrimento à população brasileira, que é o setor saúde.

Hoje, a população brasileira, devido às dificuldades econômicas, a grande recessão e ao achatamento de salário, ela está sofrendo um aumento das doenças a ní-

vel nacional.

Essa população não teve sobre si debelada nenhuma das epidemias antigas, mas já vem sofrendo as conseqüências de novas epidemias, como cólera e o dengue. Doenças, já que há muitos anos não apareciam, a população, a classe trabalhadora, têm sido vítimas dessas doenças. Juntamente devido à recessão econômica, ao desemprego e aos baixos salários, aumentam os números de doentes, que procuram serviços públicos e privados do nosso País.

O serviço público sucateado, sem técnicos disponíveis em condições de atendimento, devido aos baixos salários, tem reprimido a demanda no atendimento desses trabalhadores.

Essa demanda, sendo reprimida no serviço público, automaticamente procura o setor privado conveniado da Previdência Social, e esse setor ao contrário do que se esperasse que os atendessem pelo próprio convênio que têm assinado, ele cobra dessa população, já sem dinheiro e sem esperança, cobra as consultas e os serviços.

A principal causa do serviço público estar sucateado e não conseguir atender a demanda, na maioria das razões e das vezes, diz respeito à falta de investimento no setor saúde; outras vezes, diz respeito à própria irresponsabilidade dos nossos Governantes.

O Governo Federal não tem investido, não tem regulamentado a lei orgânica da saúde, definindo claramente quais são os critérios de repasse de verbas aos Municípios. O Governo Estadual, perante isso, coloca-se como um "Pôncio Pilatus", lavando as mãos e não assumindo nenhuma responsabilidade nesse setor. Faz o discurso da reforma sanitária, faz o discurso de defesa do sistema único de saúde, faz o discurso da municipalização do sistema, justamente porque o discurso lhe convém, tirando de seus ombros a responsabilidade de assumir na prática.

No discurso de municipalizar, o Governo Estadual não investe absolutamente nada; investe simplesmente 3.1% do orçamento e diz que os municípios têm que assumir esta responsabilidade.

O Governo do Estado não assume nem o papel político que era esperado, o de coordenação de uma política de saúde coerente e decente.

A cobrança de que os Municípios têm que ter funcionando seus Conselheiros Municipais de Saúde e a cobrança da participação do setor social neste campo.

Alguns municípios, mesmo sobrecarregados pelo excesso de demanda que lhes jogam, também não têm investido neste setor, existindo municípios no Estado do Paraná que não chegam a 3,4% do orçamento.

A situação se torna séria. Os Governos

Federal, Estadual e alguns Municipais, não cumprem o papel que lhes cabem. A crise social aumenta. A população empobrece. O setor de saúde cada vez se torna mais inviável. Hoje, qualquer doente não tem condições de comprar medicamentos, pelos altos preços; porque o Governo Federal libera a todo o instante.

Nos Centros de Saúde faltam os medicamentos básicos para atendimento da população. A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária não cumpre seu papel de fiscalizar a qualidade dos medicamentos. Nem tem condições técnicas por falta de servidores para analisar os medicamentos que devem ser reavaliados.

A sociedade civil cobra propostas, como fez recentemente o Conselho Estadual de Farmácia, cobrando do Governo do Estado uma política clara de vigilância sanitária, impedindo a negociação do Halcion e do Omirium, dois medicamentos de extrema seriedade, de extrema agressividade em relação à saúde da população.

A Secretaria Estadual não faz absolutamente nada, esperando que o Governo Federal tome posição de apreensão do medicamento, aí a Secretaria Estadual, junto com o Secretário demagogo, vai para os meios de comunicação e diz que a Secretaria está apreendendo tal medicamento.

Dentro deste caos todo de crise econômica, caos na estruturação no sistema de saúde, falta de investimento na saúde e uma política de medicamentos incorreta, encontramos dois extremos; um, a classe trabalhadora, sofredora, sendo vítima de tudo isto, e outro, os empresários e os governantes irresponsáveis obtendo lucro e mais lucro.

Recentemente o Ministério da Saúde, através do Ministro Adib Jatene, divulgou um déficit de 400 bilhões de cruzeiros. Este déficit é fruto de corrupção do Ministério de Saúde da administração Alcení. Corrupção violenta, em todos os sentidos, seja na corrupção em relação às construtoras, autorizando a construção de hospitais que não tinha necessidade. E hospitais sendo construídos inclusive onde já havia excesso de leitos, conforme denúncia do próprio Ministro.

O setor empresarial deixou de pagar o Finsocial alegando que é inconstitucional, e boa parte do orçamento do Ministério da Saúde que paga os servidores, que paga os trabalhos e a prestação dos serviços da Saúde vem do FINSOCIAL.

Entre esses empresários encontram-se empresários de nome nacional que dizem que são honestos como Antônio Ermírio de Moraes e o próprio banqueiro José Eduardo que assumiu na imprensa o não pagamento do FINSOCIAL e a sonegação do mesmo. Dinheiro esse que era aplicado no Ministério da

Saúde, o pouco lá que tinha o PC e o Alcení roubaram e aquele que deveria entrar não foi pago. Dentro deste sistema todo, colocam-se os municípios que no geral não têm verbas para investir e não tendo verbas, há insuficiente remuneração dos trabalhadores do setor de saúde.

Além da insuficiente remuneração muitos funcionários pedem a conta e outros não podem ser contratados, fazendo com que o quadro técnico seja insuficiente para atender a demanda.

Com o quadro técnico insuficiente, os pequenos municípios ainda sofrem mais porque teriam que ter médicos e profissionais de saúde, trabalhando 24 horas por dia e não têm condições econômicas para contratação desses profissionais.

Faltam profissionais, portanto, faltam medicamentos, e quando são atendidos esses trabalhadores, na maioria das vezes, são pessimamente atendidos, porque o serviço não corresponde às necessidades desses mesmos trabalhadores.

Ainda nesses pequenos municípios, nos finais de semana, esses trabalhadores não têm onde ser atendidos, porque o serviço público municipal não tem condições de remunerar médicos 24 horas por dia, todos os dias, e os poucos médicos e trabalhadores da saúde, que têm nos finais de semana que descansar.

Se o serviço é insuficiente, logicamente há uma dificuldade de acesso por falta do usuário. Essas dificuldades acarretam filas enormes, na maioria dos pequenos e grandes municípios do nosso Estado. Não faltassem as filas, os técnicos contratados não correspondem às necessidades da população deixando a desejar em muitas especialidades. E muitos desses técnicos não têm condições de resolver todos esses problemas, acarretando baixa resolutividade do sistema de saúde, esta baixa resolutividade fez com que o mesmo usuário, o mesmo paciente volte mais do que uma vez, duas, três ou quatro vezes ao mesmo serviço para ser resolvido o seu problema.

Esse serviço público de saúde não dando resposta às necessidades, levam os doentes ao serviço privado, e lá esse serviço privado passa a cobrar taxas, taxas essas que além de ilegais são imorais pela maneira chantageira que são feitas, ou paga ou morre, ou paga ou não tem internamento, ou paga ou não terá atendidas todas as suas necessidades.

E as políticas municipais de saúde são insuficientes como estão montadas para resolver o problema de saúde como um todo, porque a maioria dos serviços públicos não têm nenhuma proposta e nenhuma atuação na área da política de educação e saúde. Não tem condições de maior resolutividade porque não tem serviço de referência de espe-

cialidades para esses doentes. Isto no serviço público, se esses doentes forem internados ou necessitarem do serviço privado, lá, como disse já, imoralmente e ilegalmente são cobradas taxas para internamento. Cobram-se taxas para os acompanhantes de crianças, e a lei não permite isso. Criança que em berçário fica, o acompanhante deve lá permanecer sem pagar nenhuma taxa.

Cobram taxas ou pedágios como têm feito algumas Santas Casas do Brasil, dos visitantes que lá vão visitar os doentes, se estabeleceu essa imoralidade de se cobrar pedágio. Nessa situação toda, os trabalhadores brasileiros têm sofrido as piores consequências, vendo seus filhos morrerem, quando não eles próprios, perdendo a vida e a saúde nas filas do serviço de saúde.

Nós hoje tivemos pouco avanço no Sistema Único de Saúde, mas este pouco corre o risco de sofrer um retrocesso se nós, urgentemente, não assumirmos algumas propostas políticas para vermos construído um sistema de saúde decente e necessário.

É necessário hoje que todos que se encontram preocupados com as condições de saúde da população e com o péssimo sistema de saúde montado pelos Governos Federal e Estadual, jogando a responsabilidade nos municipais e muitos desses lavando as mãos. É necessário firmeza na defesa do Sistema Único de Saúde para que ele seja construído dentro dos parâmetros necessários para atender toda população brasileira.

É necessário urgentemente definir os critérios de financiamento do Sistema de Saúde para os municípios poderem assumir a municipalização como um todo e para isso deve ser feito com urgência a regulamentação do artigo 35 da Lei nº 8080/90.

É necessário que os Governos Estaduais e no caso específico do Paraná façam um maior investimento na área da saúde e alguns dos municípios também o façam.

É necessário um rigoroso controle fiscal para evitar a sonegação que hoje vem sendo feita e declarada publicamente, como declarou hoje mesmo o Presidente da Federação do Comércio e da Associação Comercial de Curitiba e da Federação Paranaense no "Bom Dia Paraná", dizendo que as empresas não estão pagando o FINSOCIAL.

É necessário que de democratize o Sistema de Saúde, ampliando o controle social sobre o mesmo, e hoje deve se dar de duas maneiras. Uma das maneiras, democratizando o sistema de informações, para que toda a população e a sociedade tenham acesso ao mesmo; e a outra, que seja implantado com urgência, onde não tem, os Conselhos Municipais de Saúde e aonde tem, que o façam

funcionar correta e democraticamente, com poder de deliberação, obedecendo o que regulamenta a Lei nº 8.142.

E é necessário outro critério de pagamento pelo atendimento à saúde, que não atendimento com produtividade, hoje interessa aos municípios e ao setor privado o maior número possível de investimentos. Tem que ser pago por outro critério, que não o de produtividade, porque produtividade pressupõe atendimento a doente, então pressupõe que os municípios não investirão nada na prevenção dessas doenças, porque ele terá lucro com a doença.

Frente a esta situação é que no Paraná foi realizado o "8º Encontro Paranaense de Secretarias e Departamentos Municipais de Saúde". E para nossa surpresa, tal Encontro aprovou uma carta, chamada de "Carta de Curitiba", que no nosso entendimento, é um documento muito tímido pela situação em que se encontra a saúde da população. Seria necessário e é necessário maior contundência na defesa do Sistema Único de Saúde, maior contundência na defesa da construção deste Sistema e é necessário que não se fique num único documento, numa carta e numa única tomada política de posição. É necessário que se tenha desdobramentos para isto e desdobramentos concretos, como atos políticos, debates e o convite à população para que participe desse sistema de saúde e cobre uma maior legitimidade desse sistema.

E neste ano nós temos dois desdobramentos importantes de colocação política em defesa da saúde pública e da saúde da população. Um deles é a "9ª Conferência Nacional de Saúde". É necessário que os Secretários Municipais e as Prefeituras informem à população do que vai ser debatido nesta Conferência, e que faça com que a população tome consciência da necessidade de participação. Que os Delegados que participam da "9ª Conferência" tenham consciência da defesa do sistema de saúde.

E um outro momento importante são as eleições deste ano, que é um momento de grande debate com a população, e é o momento de a população cobrar de todos os candidatos uma postura coerente em defesa do Sistema Único de Saúde, do Sistema Público de Saúde, igualitário, universal, para todas as pessoas, para todo o povo.

O Sr. Paulo Maia - Concede-me um aparte, Deputado?

Assentimento.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e me somo a esta preocupação que Vossa Excelência traz a este Plenário, porque sem dúvida, a saúde é um dos problemas fundamentais com o qual nós temos que nos preocupar.

Nós vimos que, quando da implantação

do "SUDS", simplesmente implantou-se mais uma demagogia política em cima do povo, da classe trabalhadora, porque obviamente, é aquela que mais vai depender da saúde pública.

E para corroborar com o pronunciamento de Vossa Excelência, nós estamos assistindo aqui no Estado, inclusive em contato com a própria Secretaria da Saúde, do desleixo que existe em termos de Governo Federal que pediu para si, conforme informação da Secretaria, a responsabilidade na compra de medicamentos que atendam a doenças que seriam de caráter público, endêmicos ou coisas neste sentido. E nós estamos assistindo hoje a Secretaria da Saúde sem condições de fornecer remédios básicos, porque o próprio Ministério da Saúde só teve até o momento, dinheiro para comprar bicicletas, mochilas e outras coisas desta natureza, mas não para atender à saúde da classe trabalhadora, que é a que mais procura, como dizíamos anteriormente, um serviço de saúde pública.

Por isso Vossa Excelência levanta um ponto polêmico e bastante sério, porque a preocupação que houve, pelo que vemos, foi simplesmente um intuito de municipalizar o programa de saúde a nível dos municípios já em situação de pré-falência. Nós fazemos exceção, talvez, aos centros maiores, mas os municípios de pequeno e médio porte estão passando por dificuldades as mais absurdas possíveis. Não há medicamento, o corpo clínico para atendimento nas zonas rurais é deficitário - há inclusive informações do fechamento de postos de saúde, cujo médico, inclusive vai, quando vai, uma vez por semana - há o fechamento desses postos porque não tem o medicamento que o médico precisa receitar posteriormente.

Então, de fato é um caos a situação em que se encontra a saúde neste País. Voltamos a frisar: até agora, o Ministério da Saúde, lamentavelmente ainda na pessoa do ex-Ministro - porque nós estamos assistindo a vontade deste Ministro fazer alguma coisa, mas com certeza também está de mãos atadas, porque até hoje a sociedade brasileira não teve resposta quanto ao desvio de bilhões e bilhões de cruzeiros do povo, através dessas compras absurdas, através da corrupção que se instalou a nível deste Governo.

Então parabeno Vossa Excelência de fato. O que Vossa Excelência está fazendo nesse instante, nada mais é do que um alerta ao Paraná e ao Brasil, pelo caos que se instala também no sistema de saúde nesse Estado e nesse País.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência e não tenho

nada a me opor ao que foi dito, porque é o real.

A respeito da Secretaria Estadual de Saúde, o que nós temos dito, é o pequeno investimento do Governo Estadual, somente em 3.1% do orçamento e também a falta de preocupação política do Senhor Secretário, porque no ano passado, diminuiu a produção de todos os medicamentos do laboratório próprio da Secretaria, laboratório esse que produz medicamentos para o consumo popular e esses medicamentos foram diminuídos no ano passado.

Nós apresentamos, em função da questão de saúde, dois requerimentos à Mesa, e gostaríamos de vê-los aprovados.

Um deles, um requerimento ao Ministro da Saúde, Doutor Adib Jatene, solicitando urgência na regulamentação do art. 35 da Lei Orgânica da Saúde, visando os critérios de pagamento de repasse de dinheiro aos Municípios, para que esses atendam à demanda, repasse direto, sem passar pelo Governo do Estado.

Um outro requerimento, aos Prefeitos Municipais, solicitando àqueles que ainda não têm, que o façam o Conselho Municipal de Saúde, obedecendo ao que estabelece a Lei nº 8.142. Nós entendemos que a população, participando da administração pública, participando do Conselho e debatendo o sistema de saúde, vai enxergar o quanto é investido, ou seja, o tão pouco que é investido em saúde e poderã assim, a administração pública municipal, ter na população, aliados que se mobilizam para reivindicar maior repasse do Governo Estadual e Federal às Prefeituras, porque sozinhas elas não darão conta no atendimento à saúde, porque não há lucro em atender a saúde de ninguém, a não ser que sejam péssimos empresários e esses péssimos são os vampiros que sugam da saúde e da doença todo o seu lucro, tirando do trabalhador tudo o que ele tem, visando única e exclusivamente o seu enriquecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

(Declina).

PL.

(Declina).

PDT.

Com a palavra, o Senhor Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

No Horário da Liderança do PDT, nós queremos, dando continuidade ao pronunciamento do nobre colega Doutor Rosinha, comprovar, nobre Deputado, que a saúde já virou caso de polícia. Hoje as pessoas humildes, os trabalhadores que têm que se internar nas casas hospitalares, se não tiverem recursos, deverão morrer ou ser presas.

Nós queremos aqui, antes de relatar a denúncia que temos para trazer a esta Casa, registrar a presença do cidadão Senhor Martins Skiba, da cidade de Planalto, pai do Professor e Vereador do PDT daquela cidade, Álvaro Skiba.

Temos aqui em mãos uma série de documentos que comprovam o que existe na questão da saúde no interior deste Paraná e deste País.

O Vereador Álvaro Skiba, Professor da Rede Estadual, Presidente do PDT de Planalto, pré-candidato a Prefeito daquela cidade, foi procurado, conforme comprovação em mãos, no dia 22 de abril deste ano, após uma sessão da Câmara Municipal, por uma família de amigos trabalhadores de Planalto, que o procuraram para que, juntos, fossem ao Hospital Nossa Senhora de Lourdes de Planalto, para que liberasse o filho que recebeu alta naquele dia e que não saía do Hospital porque não tinha dinheiro para pagar a conta.

O nobre Vereador, ao se dirigir ao Hospital, e confirmando que sem pagamento da conta o doente não seria liberado, procurou a Justiça na Comarca de Capanema. O Doutor Juiz compareceu ao hospital e, após depoimentos, ao invés de as providências serem tomadas no rumo das denúncias, o processo se inverteu. Hoje, o Vereador Álvaro Skiba, Professor e pré-candidato a Prefeito naquela cidade, está preso na delegacia de Capanema desde o dia 06 do corrente mês.

Temos aqui, em mãos, uma carta de solidariedade de todos os Vereadores da Câmara Municipal de Planalto, independentemente de cor partidária. E assim se expressa (Lê):

"Planalto, 09 de junho de 1.992

DA: Câmara Municipal de Vereadores de Planalto

PARA: Vereador Álvaro Skiba

Após cientificarmo-nos do ocorrido com o nobre companheiro, independentemente de sigla partidária, todos os integrantes desta Casa, valem-se do presente para ma-

nifestar solidariedade lamentando profundamente o acontecido e desejando que o mais breve possível, este caso tenha um desfecho favorável ao companheiro.

Esta Casa, sempre sentiu-se orgulhada pelas posições que o nobre edil tem tomado em defesa da população do Município de Planalto. Na esperança de que a justiça faça justiça, nós firmamos esta manifestação, mais uma vez manifestando nossa irrestrita solidariedade.

Esperando que em breve o nobre companheiro possa estar novamente conosco legislando em benefício do povo planaltino, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria, para contribuirmos no que for de nosso alcance.

Saudações.

(aa) CEZAR INÁCIO ZIMMER - Presidente

Vereadores:

ANTONIO LEO DE SOUZA

ARNILDO RECH

ERMINIO RIZZI

EDUAR VIVAN ROGERI

LUIZ BIAZUS

REINALDO JOSE KOWALSKI"

Temos também em mãos, trazido pelo pai do ilustre Vereador e Professor, umas breves linhas escritas a punho, da Delegacia de Polícia (Lê):

"Estou em uma cela sem banheiro desde o dia 06 até o dia 10, fechado com porta de aço e ferro, cadeada. Tive que fazer as necessidades fisiológicas no chão, no sábado e no domingo. Sou réu primário, tenho faculdade."

A greve na Justiça fez com que até hoje o "Habeas Corpus" não tivesse uma decisão.

Estamos, Senhores Deputados, com a assinatura de todos os membros da Bancada do PDT, requerendo ao Presidente desta Casa que seja consignado voto de solidariedade ao Vereador Álvaro Skiba (Lê):

"REQUERIMENTO

Os Deputados que este subscrevem, todos integrantes da bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência requerer que, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de solidariedade ao Vereador Álvaro Skiba, do Município do Planalto, que, vítima de perseguições eminentemente políticas, encontra-se injusta e arbitrariamente preso e recolhido à cadeia pública da cidade de Capanema, onde está recebendo tratamento humilhante e não condizente com elevado cargo público que ocupa.

Tal pedido justifica-se pela clara e

evidente conotação política que determinou a prisão de Álvaro Skiba, cidadão da mais alta respeitabilidade junto à comunidade do brioso Município de Planalto, professor da rede pública estadual, por duas vezes eleito vereador pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, do qual, inclusive, é Presidente do Diretório Municipal, e, agora, desponta como pré-candidato ao cargo de Prefeito Municipal".

E invejável o seu prestígio comunitário. E nós queremos, Senhores Deputados, que um voto de solidariedade, não só ao Vereador Álvaro Skiba, mas em sinal de respeito ao Poder Legislativo, queremos aqui, nobres colegas, que este fato sirva para que o alerta de todos esteja presente, para que a democracia seja respeitada.

Concedo aparte ao nobre colega Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Eu, em nome da Bancada do PDT, nobre colega Corazza, em nome do vice-Presidente da Assembléia, Deputado Algaci Túlio, e em nome de todos os democratas que têm assento nesta Casa, saúdo a presença do pai do Senhor Vereador Álvaro Skiba aqui neste Plenário, nesta tarde. Eu queria pedir ao Senhor que se levantasse, por favor.

Este Senhor, honrado cidadão, é pai de um preso político, motivado pela prepotência do Partido do Governo. Na verdade, na defesa de pessoas que tinham ido ao hospital da cidade buscar o direito elementar da saúde, assegurado pela Constituição, o Vereador acabou preso por denúncia caluniosa. Está em cárcere de cadeia pública, sem direito a tratamento especial, como se esperaria que se desse a um Vereador, obrigado a defecar numa folha de jornal que se recolhe a cada dia. Causa isso espanto e espécie e nos assusta, nós que convivemos com o Senhor Caíto Quintana, que foi Deputado da região de Planalto por tanto tempo, que tal aconteça na sua área de influência.

Peço ao Senhor que sente-se.

Muito obrigado pela sua presença. A sua presença física, aqui, de pai de um oprimido, estremece a Assembléia e a consciência política do Paraná.

Nós precisamos, efetivamente, da verdadeira democracia e sobremaneira nas pequenas cidades do interior, de respeito aos adversários. Chega de prepotência no Poder!

Era isso, Senhor Deputado.

O Sr. Paulo Maia - Nobre Deputado Corazza, agradeço ao aparte de Vossa Excelência e me somo, também, à preocupação que Vossa Excelência traz a este Plenário.

Eu conheço o meu colega de profissão,

Alvaro Skiba. Sei que é um batalhador. Sei que é alguém que não fala de joelhos àqueles que querem lhe impor alguma situação. Sei que é polêmico.

Mas, é lamentável que num momento em que se aboliu a ditadura política neste País, se cometa fato lamentável como este. Inclusive, chegou ao nosso conhecimento e esta Casa e o Paraná precisam saber, chegou ao nosso conhecimento que o Juiz de Capanema determinou a prisão do Professor e Vereador Alvaro Skiba para que ele não interferisse junto às testemunhas que iriam depor em juízo, a respeito do hospital, que não liberava aquela família por quem ele procurou interceder. Nós jamais vimos aberração tamanha, quando se vive uma democracia neste País. Ou pelo menos, pensa-se que se vive. E nós temos que nos cuidar, nesta Casa, porque fatos como este poderão acontecer se não houver a rebelião, se não houver a manifestação da sociedade civil organizada. Porque este tipo de ditador, que impõe normas desta natureza estão a andar por aí.

Somo-me a Vossa Excelência e neste momento quero requerer a esta Casa, faço este requerimento verbalmente, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná requeira ao Senhor Juiz de Capanema a soltura do Professor e Vereador Alvaro Skiba, por não ser nenhum marginal, por ser um cidadão de bons princípios. E também que se requeira, através desta Casa, as explicações necessárias, para que o Paraná saiba de mais este fato. Nós já tivemos outros embates, onde o Professor Alvaro foi motivo, também de processos administrativos por ter sido sempre eterno contestador. Hoje nos somamos a nossa Bancada, e ao Paraná e àquela que aqui querem que perdure a democracia e não retorno dos atos arbitrários, dos atos institucionais que feriram a sociedade brasileira. Parabéns a Vossa Excelência.

Dr. Rosinha - Deputado Albino Corazza, se o que Vossa Excelência relata fosse um fato único e exclusivamente isolado, nós poderíamos, até digo assim, ficar mais tranquilos, porque nós sabemos que esse fato não é isolado; é o corriqueiro que tem ocorrido no País de fora a fora e principalmente no Estado do Paraná.

É a cobrança, como eu disse, ilegal e imoral dos hospitais. Os hospitais dizem que estão com dificuldade financeira, se eles estão com dificuldades financeiras eu até concordo não é explorando o trabalhador oprimido, explorado e já massacrado que ele vai sair dessa situação.

Ele tem que ter na sociedade um ente no qual ele se une para cobrar do Governo as responsabilidades. Os hospitais de Laranjeiras do Sul, os hospitais de Curitiba,

os hospitais de Guarapuava, Campo Mourão de todas essas cidades estão cobrando essa taxa, e o mais grave é que eles estão fazendo prisioneiros, essa criança foi feita presa do hospital.

Isso é "cárcere privado". Ao invés de ser preso o Vereador que foi lá lutar pelo direito, tem que ser preso o dono do hospital, ao prender uma pessoa impedindo-a da liberdade de ir e vir de sair daquele hospital e ir até a casa dele. Isso tem ocorrido normalmente em nosso País, em nosso Estado. E aí nós temos que tomar posição séria e firme e por isso nós estamos do lado da liberdade desse vereador, do lado dos trabalhadores e contra os charlatões da saúde.

Obrigado.

O SR. ALBINO CORAZZA - Concedo o aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Corazza, eu agradeço Vossa Excelência e ao Deputado Algaci Túlio que preside a sessão, pelo aparte concedido.

Mas eu entendo que esse pronunciamento de Vossa Excelência no Horário das Lideranças, teve um espaço de tempo muito pequeno para que nós pudéssemos realmente elucidar toda essa questão.

Eu me confesso ainda não conhecedor profundo deste caso em cima daquilo que falou Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca, Deputado Doutor Rosinha.

Agora, eu não posso me calar quando ouço através do vosso pronunciamento e dos apartes oferecidos, imputação de responsabilidades ao Governo do Estado, principalmente naquilo que diz o Deputado Rafael Greca, dizendo que existe uma prisão política. Eu acho que o que está havendo é uma exploração política, porque na sequência, quando o Deputado Paulo Maia se manifestou, ele disse que existe uma determinação, uma ordem judicial, por conseguinte, do Juiz da Comarca determinando a prisão e a nossa Constituição é clara. Essa Constituição de 88, escrita na sua maioria pela vontade majoritária do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, estabeleceu que ninguém será preso a não ser após um mandado judicial.

Então se a pessoa está presa e o Deputado Paulo Maia mencionou que foi o Juiz que assim o determinou, não é responsabilidade do Partido que está no Governo.

Então eu entendo que não há nenhuma prisão política, mas sim uma exploração política em cima de um fato lamentável por parte do Deputado Rafael Greca no presente momento.

Mas eu gostaria que Vossa Excelência comparecesse à sessão no dia de amanhã como sempre faz e que ocupasse de preferên-

cia o Grande Expediente da Assembléia, para que nós tivéssemos trinta minutos para esclarecermos detalhadamente este fato e vermos se realmente é responsabilidade do Governo e do Partido do Governo ou se está havendo aquilo que nós dissemos, apenas uma exploração política em cima de um fato.

O SR. ALBINO CORAZZA - Agradeço o aparte do Deputado Orlando Pessuti, e quero dizer que a verdade é que deve ser alcançada. E nós sabemos que o vereador de Planalto, já, inclusive, houve contratação de pistoleiro há um ano atrás para sua eliminação. E esse pistoleiro contratado num ato sei lá, de humilhação, desistiu da empreitada e gravou, denunciou e gravou publicamente o que havia na trama por denúncia de corrupção com a administração de Planalto.

Nós temos o máximo interesse de esclarecer a verdade e voltaremos ao assunto sempre que necessário for.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encontra-se em visita a esta Casa uma comissão de professores do Colégio Estadual do Paraná: Diretora Professora Adélia Dias Ribeiro; Professora Josefina Ferrari Arantes, Chefe do Grupo de Administração; Professora Rosa Ueno, Chefe do Grupo de Planejamento; Professor Antonio Maria França, Chefe do Grupo Financeiro.

Esta Assembléia registra com satisfação a presença dessas pessoas já mencionadas e deseja a todos uma boa estada aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Quero registrar também a presença do Vereador Laudelino Costa do Município novo de Ivaté, desmembrado do Município de Umuarama, que se faz presente e já veio fazer aqui os seus contatos, porque agora vai ter a primeira eleição e até ele será um dos candidatos a Prefeito daquele Município novo.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está registrado. Ainda no Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Senhor Presidente, nós temos um Projeto aqui na Ordem do Dia de hoje, que eu considero de fundamental importância que são as Diretrizes para o Orçamento de 1993, que é o Projeto de Lei de Sua Excelência o Governador Roberto Requião que manda a essa Casa de Leis.

Mas na página nº 13 onde consta - de-

fesa nacional e segurança pública - diz aqui: "Continuidade às ações dos programas de segurança pública e polícia 24 horas. Eu até torço, Senhores Deputados, que haja continuidade no programa de segurança pública do Estado do Paraná, na área de segurança, principalmente na minha cidade chamada Londrina, a segunda mais importante do Estado do Paraná, a terceira do Sul do País, aonde, Senhores, temos no centro da cidade uma vergonha chamada cadeia pública.

Eu espero que os programas de segurança pública, e eu comentava, debatia e falava no meu programa de televisão, tanto eu e em nome do Deputado José Tavares, que há necessidade de que os programas de segurança pública, sejam, na realidade, meu querido Deputado, colocados em prática no Estado do Paraná. Porque aqui embaixo diz: "Continuidade para a polícia 24 horas". Se houvesse polícia 24 horas, os seqüestradores da empresária Daniela Lopes não teriam fugido da Cadeia Pública de Londrina. Se nós tivéssemos polícia 24 horas no Paraná, os seqüestradores da empresária Daniela Lopes não teriam afrontado a justiça, afrontado a classe política, afrontado a própria polícia e o Poder Judiciário da minha cidade. Ontem eu trouxe à televisão três senhoras. Uma senhora de idade e duas jovens proprietárias. Ao lado a residência e na frente seu estabelecimento comercial. Vinte e uma horas os ladrões adentravam o estabelecimento comercial, está registrado em toda imprensa. A família pegou o telefone, ligou para o número 190, está gravado. Disse: "Boa noite! Neste exato momento três bandidos estão assaltando meu estabelecimento ao lado da minha residência. Por favor, mandem a polícia imediatamente para prender os bandidos que estão aqui agora. Nós estamos vendo e ouvindo pela parede, já fomos lá fora e sentimos que são três e estão roubando todo estabelecimento."

Do outro lado da linha um policial despreparado talvez para se vingar do Governo Roberto Requião, não sei o que lhe passou pela cabeça. Eu acho isso sacanagem. Ele disse: "Minha senhora, lamento profundamente, mas não podemos lhe atender, porque só temos duas viaturas, não temos gasolina e não temos álcool".

Está gravado, vou reprisar sábado novamente.

Ela disse que viu nos jornais que tem a polícia 24 horas, "senhores, por favor, eu estou com os bandidos assaltando meu estabelecimento comercial agora".

Daí, ele do outro lado: "Me desculpe, aqui não tem polícia 24 horas, nós não temos viatura, não temos nada para atender. A senhora deixa os ladrões roubarem, amanhã a gente vai resolver o problema".

O que fez a família? Foi para ca-

sa. Rezaram, ficaram todos quietinhos. As três horas da manhã os ladrões foram embora. Depois de 12 horas! 12 horas a polícia bateu na porta: "Bom dia! Tudo bem? Aqui que houve um assalto? Viemos tomar as devidas providências. Na hora que a gente tiver novidade a gente avisa. Até logo, passar bem, felicidades".

Está na hora de lavar a cara, criar vergonha na cara. Está na hora de tirar a máscara. Chega. Chega! É brincadeira! Brincadeira tem hora. Nós temos que preparar melhor a polícia. Se não tinha na hora uma viatura, fosse pelo menos educado. Dissesse, "olha, minha senhora, nós vamos ligar agora para a polícia civil e a polícia civil vai tomar as devidas providências".

Ora, eu tenho dito na televisão, tenho dito neste parlamento, aqui seqüestrador não manda no Paraná. Aqui seqüestro não vinga porque aqui nós temos uma polícia civil que trabalha, uma polícia civil que presta, que honra o seu distintivo. É muito fácil você meter o pau na polícia. A polícia também não tem uma bola de cristal para saber quem vai ser seqüestrado, quem é que vai ser assaltado. Mas bandido aqui não está vingando.

Agora, como é que se pode falar de polícia 24 horas? Há apenas um projeto. Como é que pode? Eu elogio a polícia porque ela prende. Agora, tenho que criticar a polícia porque os bandidos fogem.

Se nós tivéssemos uma polícia 24 horas na cadeia, Deputado José Tavares, nós já conversamos sobre isso, 24 horas dentro da cadeia pública de Londrina, nós não teríamos esta palhaçada, esta pouca vergonha que aconteceu em Londrina.

A polícia prende os seqüestradores, Deputado Nelson, Deputada Emília sabem, o senhor sabe, depois de um grande trabalho, a menina passou momentos de pânico, de terror. Agora, esta semana, eles sobem no telhado, tiram as telhas e vão embora. E cadê a polícia? Cadê? Como? Tiraram as telhas, subiram, o disco voador desceu e desapareceram... Agora fica a menina com cara de palhaça, o pai mostra à imprensa, este Parlamento: - Cadê a polícia 24 horas? Então eu espero, em nome da decência dos brasileiros do Paraná, que o que está escrito aqui, seja colocado em prática, pelo amor de Deus!

Concedo o aparte ao Deputado Algaci.

O SR. ALGACI TOLIO: - Deputado Alborghetti, nós até poderemos ter uma boa polícia, uma polícia 24 horas, 48 horas, agora é preciso pagar bem esta polícia. Neste exato momento há um grupo de Sras. de policiais militares visitando os Gabinetes dos Srs. Deputados, mostrando a dificuldade, a difícil sobrevivência da fa-

mília de um policial militar, que ganha um salário de 300 e poucos mil cruzeiros por mês. Ganha menos que um cobrador de ônibus de Curitiba, e ele tem que arriscar a sua vida lá na linha de frente, arriscando a sua vida, muitos tombando em defesa da sociedade e não tendo o devido reconhecimento.

Então as Sras., como a Polícia Militar não pode fazer greve, as Sras. os familiares dos policiais militares estão organizando um movimento. E estão neste momento visitando Deputados procurando levar a eles a situação do momento, e eu tenho certeza que esta Casa será sensível a este apelo, como tem sido constantemente. Esta Casa e principalmente nós, Deputados da oposição, temos procurado votar, procurado tentar melhorar a situação da polícia, tanto a civil como a militar, mas infelizmente somos sempre derrotados! Esperamos que haja sensibilidade do Governo do Estado, 60% que vem aí não vai resolver o problema, não vai matar a fome da criança, não vai deixar o policial ir para o serviço com a tranquilidade que ele precisa. Então é preciso que o Governo do Estado tenha sensibilidade no sentido de melhorar a situação da Polícia Militar, aí sim podem falar em Polícia 24 horas!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI: - Só mais um instante, conto com a sua boa vontade. Meu Presidente, Srs., só para finalizar o meu raciocínio. O Deputado Algaci foi feliz. Diz aqui: - "continuidade às ações e programas de Segurança Pública", e eu acredito que dentro da segurança pública há necessidade primordial de se pagar melhor o policial militar, de se pagar melhor o policial civil para que ele não se corrompa, não se viole e honre o seu distintivo e a polícia militar honre a farda que veste!

E quanto a polícia 24 horas eu espero que haja, na realidade a polícia 24 horas! Para haver esta polícia há a necessidade que nós, neste Parlamento, nos unamos e nos demos as mãos e gritemos, bem alto, para que a voz saia e passe por este concreto e chegue ao Palácio e que o Palácio entenda que para se ter polícia 24 horas há a necessidade de mais policiais, de mais viaturas, de mais armamentos! Policiais capacitados e o principal, um salário decente que não rasgue e não viole o ventre da esposa do soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná!

Muito Obrigado.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Neste momento queremos fazer um comunicado a Casa de que lamentavelmente mor-

reu, na noite de ontem, o ex-Parlamentar desta Assembléia Legislativa, Dr. Raul Resende Filho, o Raulino como era conhecido, aos 76 anos de idade. Ele foi Deputado, nesta Assembléia, no período de 50 a 54, depois de 55 a 57 exercendo a função inclusive de vice-Presidente da Assembléia. Foi também Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública na gestão do Secretário da Segurança Pública, Haroldo Ferreira Dias. E à questão de um mês e pouco atrás foi agraciado, em Curitiba, com o título de Cidadão Honorário da capital do Estado do Paraná.

Então faço, neste momento, com muito pesar, esta comunicação a Mesa, está sendo velado na capela do cemitério Parque Iguaçu, será sepultado logo mais às 17:00 horas.

A SRA. EMÍLIA BELINATI (Pela Ordem) - Eu gostaria também, com muito pesar de comunicar esta Casa que faleceu em Londrina também o senhor George Graig Smith, o primeiro pioneiro da cidade de Londrina, e que recebeu no mês de abril o Título de Cidadão Honorário que foi concedido a ele por esta Casa. Então, com muita tristeza nós também comunicamos o falecimento do cidadão George Graig Smith na cidade de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa se associa às homenagens póstumas do Deputado Algaci Túlio e da Deputada Emília Belinati.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEN DO DIA:

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que ocuparão as vagas destinadas ao Partido, nas Comissões Permanentes desta Casa. - A Diretoria Legislativa para anotar.

Ofício nº 214/GLG/PMDB, subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, comunicando o nome do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, membro titular da C.C.J., passa a suplência da mesma Comissão, ficando o Senhor Deputado Arlindo Troian na condição de Titular. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 435/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16 do corrente mês, em função de compromissos na

Região Noroeste do Estado. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 141/92. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a inversão na discussão e votação da Ordem do Dia da presente Sessão. - Aprovado.

A Mesa comunica ao Plenário que, de acordo com o artigo 178, matérias de Lei Orçamentárias serão preferências de votação. Excluindo-se o Projeto de Lei 136, que terá preferência de votação, submeto a votos a preferência solicitada pelo Deputado Orlando Pessuti. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 020/92, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativo ao exercício financeiro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. (Publ. no D.A. nº 60, de 14.05.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 136/92

PARECER:

Oriundo da Mensagem nº 020/92, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado, relativo ao exercício financeiro de 1993.

O referido projeto foi encaminhado dentro dos prazos regimentais, não havendo qualquer irregularidade legal e constitucional que obste a tramitação do mesmo.

Por estas razões, opinamos FAVORAVELMENTE a APROVAÇÃO do presente projeto.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 136/92

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 20/92, o presente Plano de Lei dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado, relativo ao exercício financeiro de 1993.

A presente proposta foi analisada pela

Comissão de Constituição e Justiça, que em seu Parecer, manifestou-se FAVORAVELMENTE à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 136/92

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 20/92, dispõe dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1993.

Analizando o projeto nas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, recebeu, em ambas, pareceres favoráveis.

Não obstante não atender alguns dos requisitos contidos no § 3°, do Art. 133 da Constituição Estadual, a iniciativa atende aos dispositivos legais e regimentais atinentes à matéria orçamentária.

Inexistindo pois, qualquer óbice legal ou constitucional, somos de parecer, inicialmente, pelo encaminhamento ao Plenário, sem prejuízo da apreciação de Emendas e análises do mérito da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação em 1ª discussão do Projeto de Lei 136/92, Mensagem 20/92, relativa a lei de diretrizes orçamentária. A Mesa comunica que esse Projeto de Lei, após a sua aprovação na Sessão de hoje, vai figurar na Sessão de amanhã e mais três dias, até segunda-feira, para recebimento de emenda, após o que será enviada à Comissão de Orçamento para o Parecer final.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, nós estivemos analisando o Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias para o ano que vem e constatamos alguns pontos fundamentais que chamam a atenção. O primeiro deles é o artigo 8°, aonde estabelece os recursos a qual órgão serão destinados. No artigo 8° se pegarmos e observá-lo bem, ele tem, no entender da Bancada do PT, o mesmo erro da LDO, aprovada no ano passado. Ele estabelece até o máximo que deve gastar por cada Secretaria, ou por cada órgão, inclusive o que diz respeito já antes sobre o FDE e outros pontos, outros órgãos do Governo o quanto

gasta. Se somarmos o montante até quanto é permitido, ele pode passar tranquilamente de 200, 300% acima do que é arrecadado, porque se coloca um teto máximo: Até 1%, Procuradoria Geral do Estado; até tantos por cento para a Secretaria de Cultura; até 20% Secretaria de Estado de Segurança Pública. Somando tudo isto, sem dúvida nenhuma se o Governo for gastar, ou até em todos esses órgãos, será cerca de 500%, ou até 1000% acima do orçamento. É impossível uma Assembléia Legislativa aprovar esse tipo de lei de diretrizes orçamentárias, até talvez porque, pode nos acharem ignorantes, ou otários talvez, em imaginar que ao fazer a leitura disto pode parecer que o Governador notou algum limite em seu orçamento. E coloca inclusive alguns máximos, como o máximo que ele solicita na chefia do Poder Executivo até 12% do orçamento. Quer dizer, só do orçamento do Estado ele pode, o Governador, ter 12% para que ele faça a designação para onde ele quiser. Isto entra em contradição com o que diz o artigo 2° da própria Lei que coloca que o montante das despesas do orçamento não poderá ser superior ao das receitas dos mesmos. Se a receita é 100, o máximo permitido de despesas deve ser estes 100% e não o que ele coloca.

A Mensagem ainda estabelece que vai fixar ações prioritárias. Fazendo a leitura de todos os artigos no contexto geral, não dá para se definir o que é ação prioritária. Coloca a Saúde 25%, Segurança Pública 20%, Secretaria de Estado e Transporte 30%, Educação 25%, mas se diz como teto máximo. Quer dizer, não se define prioridade em nenhum, colocando teto máximo em todas estas Secretarias.

Em função desta breve análise que fizemos hoje, nós da bancada do PT estamos votando contrários à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Aprovado.

A Mesa reitera, o projeto vai figurar na Ordem do Dia de amanhã apenas para recebimento de emendas até segunda-feira. A Mesa vai receber as emendas que podem ser encaminhadas para cá, ou então à Comissão de Orçamento até segunda-feira, quando a Comissão vai se reunir para apreciar o referido projeto.

Lembro também que temos que, de acordo com o Regimento Interno, votar este projeto até o dia primeiro, de acordo com o artigo 2°, § 3° do Regimento Interno.

"A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias pela Assembléia Legislativa".

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 141/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 35/92, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 6.276.343.000,00 (seis bilhões, duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil cruzeiros), alterando os vigentes orçamentos próprios da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Colégio Estadual do Paraná, Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE e o Departamento de Trânsito - DETRAN. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 66, de 20.05.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 141/92

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem n° 35/92, objetiva aprovar um crédito suplementar, alterando os vigentes orçamentos próprios da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Colégio Estadual do Paraná, Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE e o Departamento de Trânsito - DETRAN, no valor de Cr\$ 6.276.343.000,00 (seis bilhões, duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil cruzeiros), importância esta proveniente de Superávit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das referidas Entidades.

O Projeto de Lei em análise não fere dispositivo constitucional, preenchendo todos os requisitos exigidos no tocante à sua iniciativa e redação legislativa.

Face ao exposto encontra-se o mesmo em condições de ser submetido à consideração do Plenário, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 141/92

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 141/92, originado da Mensagem n° 35/92, de autoria do Poder Executivo do Paraná, pretende que seja aprovado crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.276.343.000,00 alterando os orçamentos vigentes próprios da Fundepar, Colégio Estadual, DETRAN e Departamento de Imprensa Oficial.

No âmbito estrito de competência desta Comissão de Finanças, não existem óbices à normal tramitação deste Projeto de Lei e sua apreciação pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

S.m.j., é o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 141/92

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 35/92 visa aprovar um crédito suplementar no valor de 6.276.343.000,00 (seis bilhões, duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil cruzeiros) aos orçamentos próprios da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Colégio Estadual do Paraná, Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE e do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Inexiste qualquer óbice para aprovação da presente matéria, posto que ao indicar como recurso para a cobertura do crédito igual importância proveniente de superávit financeiro apurado nos Balanços Patrimoniais das Entidades referentes ao exercício de 1991, consoante específica, a iniciativa atende às disposições constitucionais que disciplinam a matéria orçamentária.

Posto isto somos de parecer FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 090/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que dispõe sobre o fornecimento de passagens intermunicipais para pessoas pobres, com mais de 60 anos, no Estado do Paraná. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C. (Publ. no D.A. n° 33, de 09.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 090/92

P A R E C E R :

A matéria trazida na proposição acima para conhecimento desta Comissão deve ser analisada a luz dos mandamentos contidos no art. 175, da Constituição Federal - de que o art. 146 da Constituição Estadual é decalque:

É reserva constitucional absoluta de lei pois que a disciplina da matéria é reservada pela Constituição Estadual (art. 146, § 1º) à lei complementar que dispõe obediência a requisitos ou condições por ela determinados.

A Constituição da República filiou o Brasil a economia de mercado, que se baseia na livre iniciativa e na livre concorrência, quando lança as bases da ordem econômica, conforme os ditames da justiça social.

Veja-se que o parágrafo 1º do art. 146 da Constituição do Estado diz peremptoriamente:

"Lei complementar disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado."

São essas as diretrizes gerais para os serviços públicos de competência do estado-membro.

As concessões de serviços públicos que fazem transporte coletivo intermunicipal repousam, em direitos e deveres, sobre o tripé Estado-transportadora-usuário.

Sem sombra de dúvida o verdadeiro destinatário do texto da lei deve ser sempre o público usuário, cujo interesse não pode ser relegado a segundo plano, mas, data vênica, sempre com a adesão de todas as partes contratantes das concessões e na forma de lei complementar.

Diante de tais conclusões, embora sob todos os aspectos louvável o significado do Projeto de lei ordinária do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, por força do comando de Lei Maior, torna-se insustentável, por flagrante inconstitucionalidade, sua aprovação.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 090/92

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Lourenço Fregonese tem por finalidade dispor sobre o fornecimento de passagens intermunicipais para pessoas pobres, com mais de 60 (sessenta) anos, no Estado do Paraná.

Em análise ao mérito deste Plano de Lei, esta Comissão entende que o alcance social da medida proposta, justifica plenamente a solicitação contida na presente.

Isto posto e uma vez sanado o vício de origem contido no sobredito Projeto de Lei, manifestamos nosso Parecer FAVORÁVEL opinando-se pela APROVAÇÃO da presente proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 2 (duas) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 090/92.- **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 2 (duas) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 090/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que isenta em 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica, as entidades filantrópicas e de assistência social. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 56, de 11.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 124/92

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 124/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, autoriza isentar em 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica as entidades filantrópicas e de assistência social.

A condição autorizatória do referido Projeto de Lei e a competência estadual, sobre a determinação das tarifas de água e energia elétrica, aliados aos aspectos de mérito de que trata, determinam que não existam óbices a sua apreciação pelo Plenário da Assembleia Legislativa, sendo favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 124/92

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, tem por finalidade a aprovação de isenção de 50% (cinquenta por cento) dos valores das tarifas de água e energia elétrica, as entidades filantrópicas e de assistência social.

Sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu seu Parecer FAVORÁVEL, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental.

Inexistindo pois, óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de Parecer FAVORÁVEL à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº

124/92.- **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 5 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n° 124/92.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 063/92, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza o pagamento diferenciado de água, esgoto e energia elétrica por parte dos aposentados e pensionistas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 17 de 18.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 063/92

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado João Arruda, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que autoriza o pagamento diferenciado de água, esgoto e energia elétrica por parte dos Aposentados e Pensionistas.

O Projeto está elaborado conforme as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

No que se refere ao aspecto legal nada há que obste a aprovação do mesmo.

Por estes motivos, opino favoravelmente a tramitação do presente.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 063/92.

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 063/92, de autoria do Deputado João Arruda, pugna pela autorização de pagamento diferenciado de água, esgoto e energia elétrica aos aposentados e pensionistas.

É de se destacar a iniciativa do nobre parlamentar visto o grande alcance social da matéria, nada havendo, sob os aspectos de competência da Comissão de Finanças, que obste à normal tramitação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente;
PAULO MAIA - RELATOR.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 63/92.- **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n° 63/92.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 368/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que institui o Plano Diretor

Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 103 de 26.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 368/91

P A R E C E R :

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, tem por objetivo instituir o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
NELSON JUSTUS - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 368/91

P A R E C E R :

Colheu PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA o presente PLANO DE LEI.

No âmbito desta COMISSÃO DE FINANÇAS, converteu-se o mesmo em diligência, para que opinasse a SECRETARIA DOS TRANSPORTES, através de seus órgãos técnicos.

Tramitando em regime de urgência, nesta CASA DE LEIS, a matéria, entendemos que, o estuário natural para a discussão completa da mesma seja o PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, sem prejuízo da citada diligência.

Nestas condições, não havendo óbices constitucionais, legais e regimentais, mesmo de técnica legislativa, somos de PARECER FAVORÁVEL à APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI - Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
PROJETO DE LEI N° 368/91

P A R E C E R :

DO OBJETO: Trata o presente Projeto de Lei da Instituição do Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná-RODOPAR que visa em linhas gerais, atender as necessidades de transporte e melhoria dos eixos de escoamento da produção do Estado.

Sua execução está estimada para decorrer dos próximos 25 anos, com prioridades a serem definidas pelo Poder Executivo, e

com recursos correndo por conta das dotações orçamentárias, próprias da Lei de Meios, correspondentes ao período de execução prevista.

DA ANÁLISE: Analisando-se especificamente às peças que compõem o presente Projeto de Lei, verifica-se que o mesmo está constituído estruturalmente de 28 grandes rotas com respectivas ramificações e regiões de abrangência.

Vê-se nitidamente que a estrutura proposta, como um todo, procura inter-relacionar de uma forma lógica todas as grandes áreas do Estado economicamente importantes, e outras ainda em desenvolvimento, culminando com vários acessos aos Estados e Países limítrofes, bem como ao Porto de Paranaguá.

DO PARECER: Evidentemente uma análise profunda do Projeto, face sua inerente complexidade técnica, exigiria estudos de viabilidade econômica embasados em volumes de tráfego, de produção, densidades populacionais e etc.

Recomendamos, portanto, a devida análise por parte da área técnica da Secretaria do Estado dos Transportes, a qual está oficialmente capacitada para este tipo de estudo.

Ressaltamos, outrossim, a profundidade do trabalho elaborado pelo Dr. Eurico Dacheux de Macedo, notável conhecedor dos caminhos do Estado do Paraná, bem como da oportunidade deste Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Rafael Greca de Macedo. Finalmente registramos que nada encontramos de forma que possa obstar a tramitação normal legislativa do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 10.06.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente;
HEINZ HERWIG - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 368/91.- **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 368/91.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 053/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a anuir em ratificação de instituição de usufruto, em favor da FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Com voto contrário da banca

cada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 589/91, de autoria do Deputado Severino Félix, que torna obrigatório o plantio de árvores em Conjuntos Habitacionais construídos pelo Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A.. **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 123/92, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná, a Sra. Gilda P. Rocha Loures. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 56, de 11.05.92).**

O DR. ROSINHA - Com voto contrário do PT.

Já que foi votado, gostaria de fazer a declaração de voto. Estamos votando contrários ao Projeto de Lei que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Gilda P. Rocha Loures em função de todo o período em que ela tem ocupado cargos no Governo Estadual. Seja na Secretaria de Educação, ou na Secretaria de Cultura, não tem demonstrado nenhuma proposta nova no setor educacional, não tem defendido a educação como deve defender colocando simplesmente como serviciente do Poder Executivo que é do qual ela faz parte inclusive calando-se perante as violências que os professores sofreram no Governo Alvaro Dias, por isso o PT vota contrário a tal concessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 997, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 999, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1004, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1003, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 981, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 977, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 974, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli,

constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 975, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 979 e 978, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 984, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 982, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 985, 986, 987 e 988, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 989 e 990, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 991, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 992, de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Paulo Maia, Emilia Belinati e demais Senhores Deputados constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 993, de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia, Emilia Belinati, Algaci Túlio, e demais Senhores Deputados constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito novamente a leitura, nós não entendemos. (Lê o Requerimento).
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 994, de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia, Emilia Belinati, Algaci Túlio, e demais Senhores Deputados constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para

discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 995, de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia, Emilia Belinati, Algaci Túlio, e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 996, de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia, Emilia Belinati, Algaci Túlio, e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1001, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Justus, João Iensen, Doutor Rosinha e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1005, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1002, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, com apoio dos Senhores Deputados Domingos Carvalho, João Iensen, Cezar Silvestri e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã com a seguinte

ORDEM DO DIA;

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/92, a Mesa comunica mais uma vez que o projeto receberá emendas até segunda-feira - trata-se da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 141/92
Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimen-

tal, com a seguinte

136 e 141/92.

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
182, 183 e 184/92.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs

Levanta-se a sessão.